

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

ANNA LUIZA DE MOURA SALDANHA

**ANÁLISE DO PROCESSO DESCRITIVO COMO PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: o caso das oitivas de familiares de
uruguaios desaparecidos na ditadura militar.**

PORTO ALEGRE

2012

ANNA LUIZA DE MOURA SALDANHA

**ANÁLISE DO PROCESSO DESCRITIVO COMO PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: o caso das oitivas de familiares
de uruguaios desaparecidos na ditadura militar.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Esp. Jorge Eduardo Enríquez Vivar.

PORTO ALEGRE

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Regina Helena van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA

Coordenadora: Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura

S162a Saldanha, Anna Luiza de Moura

Análise do processo descritivo como produção de conhecimento arquivístico: o caso das oitivas de familiares uruguaios desaparecidos na ditadura militar / Anna Luiza de Moura Saldanha ; Jorge Eduardo Enríquez Vivar [orientador]. – Porto Alegre, 2012.

87 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2012.

1. Arquivologia. 2. Descrição arquivística. 3. História - Ditadura militar. I. Vivar, Jorge Eduardo Enríquez Vivar. II. Título.

CDU 930.25

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Andréa Fontoura da Silva CRB 10/1416

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705, Campus Saúde, Bairro Santana
Porto Alegre/RS – CEP: 90.035-007
Tel.: (51) 3308.5067
Fax:(51) 3308.5435

ANNA LUIZA DE MOURA SALDANHA

**ANÁLISE DO PROCESSO DESCRITIVO COMO PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: o caso das oitivas de familiares de
uruguaios desaparecidos na ditadura militar.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Arquivologia, pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: __/__/__ :

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Jorge Vilar – UFRGS

Profª Dra. Lizete Dias de Oliveira – UFRGS

Dr. Jair de Lima Krischke – MJDH

***“Enquanto os leões não tiverem os
seus próprios contadores de
histórias, as histórias das caçadas
continuarão glorificando os
caçadores.”***

Provérbio Yorubano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho à minha mãe, porque ela é quem está ao meu lado sempre, é a minha primeira melhor amiga. Mãe, obrigada por confiar em mim, e por querer “financiar as minhas pesquisas”. Ao meu namorado e amigo Chico, pelo apoio de sempre e pelo companheirismo íntimo, que não precisa ser publicado para saber que existe.

Agradeço ao meu orientador, o professor Jorge Vivar, por me apresentar uma Arquivologia mais engajada em questões sociais e por me incentivar a tratar do tema deste trabalho. Às professoras Ana Regina Berwanger, Flávia Conrado e Rita Portela pela dedicação ao curso. À professora Lizete Dias de Oliveira, por fazer parte da minha banca.

Agradeço aos lugares onde estagiei, o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDS/PROEXT/UFRGS, o Arquivo Público do Estado do RS e o Arquivo Geral do Tribunal Regional Federal – TRF4ª Região, onde tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis. Rita Camisolão, Sinara Robin, José Francisco dos Santos, Oscar Moya, Cecília Mombelli, Renata Vasconcellos, Maria Cristina Fernandes, Karina Santos, Helena Bastos, Mauro Amaral, Irene Albornoz, Gláucia Colombo e Priscilla Tieze: muito obrigada por fazerem parte da minha história.

Um agradecimento especial ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos, por abrir as portas de um acervo tão especial e de importantíssimo conteúdo histórico. Ao sr. Jair Krischke, agradeço a possibilidade da convivência, de poder ouvir suas histórias que são tão encantadoras, ao mesmo tempo em que revelam duras passagens na luta pela defesa dos Direitos Humanos.

Agradeço à turma 2009/1, pela solidariedade, troca de informações e conteúdo, e pelos churrascos super divertidos. Em especial ao Vander Duarte e à Gabriela Villanova, que de simples colegas de turma se tornaram hoje dois grandes amigos e sem os quais eu não sei se teria sobrevivido como estudante de Arquivologia. Valeu pela caminhada, parceiros! E que continuemos juntos nesta nova fase de nossas vidas.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a questão do uso do processo descritivo como ponto de produção da disciplina arquivística e de colaboração ao conhecimento histórico, através da análise da descrição feita nas unidades documentais “Oitivas de familiares de uruguaios desaparecidos”, constantes na série 3 – Terrorismo de Estado nas ditaduras do Cone Sul, do Fundo Documental Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Visa demonstrar os conceitos de descrição arquivística no marco da sua literatura, estudar as diferentes definições a respeito da normatização e a tendência neste contexto das descrições arquivísticas e identificar as fontes e as técnicas de pesquisa utilizadas na descrição do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e dos itens documentais Oitivas de Familiares de Desaparecidos Uruguaios.

Palavras-chave: Descrição Arquivística. Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Normatização descritiva.

ABSTRACT

The present final year dissertation addresses the question of the use of the Descriptive Process as a point of production for archival discipline and for collaboration towards historical knowledge, through analyses of descriptions of documentary units called “Hearings of Families of Missing Uruguayans”, part of Series 3 – State Terrorism in Southern Cone dictatorships, at the Movement for Justice and Humans Rights Documentary Collection. It aims to show the concepts of archival description in the framework of its literature, to study the different definitions regarding standards and trends in the context of archival description, and to identify sources and research techniques applied in the description of the collection Movement for Justice and Humans Rights, and of the documentary units “Hearings of Families of Missing Uruguayans”.

Keywords: Archival Description. Movement for Justice and Human Rights. Descriptive Standards.

LISTA DE SIGLAS

MJDH – Movimento de Justiça e Direitos Humanos

AsF – Arquivistas sem Fronteiras

ONU – Organização das Nações Unidas

OEA – Organização dos Estados Americanos

A.F.U.DE – Agrupación de los Familiares de Uruguayos Desaparecidos

ACNUR - Agência da Onu para Refugiados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	12
2.1 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E REPRESENTAÇÃO INFORMACIONAL.....	12
2.2 A NORMATIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	16
2.3 AS NORMAS DE DESCRIÇÃO.....	21
3 O ACERVO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	24
3.1 O PROCESSO DESCRITIVO NO ACERVO DO MJDH.....	24
3.1.1 Acervo Arquivístico X Coleção	26
3.1.2 Princípio da proveniência e Princípio da ordem original.....	27
3.1.2.1 A metodologia arquivística aplicada no acervo do MJDH.....	29
3.1.2.2 O quadro de arranjo, as séries documentais e a reconstrução do contexto arquivístico	31
3.1.2.3 A função da pesquisa na descrição arquivística.....	33
4 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO A- SÉRIE 3 DENTRO DO QUADRO DE ARRANJO DO ACERVO DO MJDH	47
ANEXO B – ENTREVISTA COM O ARQUIVISTA JORGE VIVAR: O ACERVO DO MJDH.....	50
ANEXO C- DESCRIÇÃO DAS OITIVAS DE FAMILIARES DE URUGUAIOS DESAPARECIDOS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos do mundo contemporâneo, as atividades das áreas de comunicação e informação tiveram que se adaptar às novas exigências, no que diz respeito, principalmente, ao acesso aos documentos e à recuperação da informação. Dentro desse novo paradigma, a Arquivística buscou solucionar esse problema criando normas internacionais de descrição de documentos, com o objetivo de padronizar e sistematizar os dados e informações, para tornar esses elementos uniformes e compreensíveis, e estabelecer um intercâmbio entre os acervos documentais de diversos países.

A partir dos anos oitenta iniciou-se uma mobilização para a discussão da necessidade da padronização dos processos de descrição em vista dos novos formatos dos suportes, principalmente os de ambiente eletrônico. Concomitante a isso, o uso da padronização por parte da Biblioteconomia impulsionou a discussão sobre tal necessidade. O debate originou o estabelecimento de normas internacionais e nacionais, em busca da acessibilidade da informação. A falta de metodologias e práticas do uso de normas fez com que muitos arquivistas resumissem a descrição documental ao preenchimento dos campos obrigatórios estabelecidos pelas normas descritivas. Isso gerou descrições e instrumentos de pesquisa sintéticos e pontuais e que pouco informam ao usuário de arquivo.

A problemática que se definirá ao longo do trabalho é a forma como são vistos os processos descritivos amplos e contextualizados historicamente pelos diversos autores da teoria arquivística, em detrimento do discurso normatizador que acompanha a discussão do acesso à informação desde os anos 1980, aliando à análise do processo de descrição dos itens documentais “Oitivas de Familiares de Uruguaios Desaparecidos” que se encontram arquivados na série **Terrorismo de Estado no Período da Ditadura no Cone Sul** do Fundo do **Movimento de Justiça e Direitos Humanos**.

Como objetivo geral este trabalho vai analisar como se deu o processo de descrição das oitivas de familiares de desaparecidos uruguaios pela ditadura militar, colocando os processos descritivos como ponto da produção do conhecimento de uma disciplina arquivística e de colaboração para a produção de conhecimento histórico.

Os objetivos específicos buscam dar orientação ao trabalho, dando visualização à discussão geral. São eles:

- a) reconhecer os conceitos de descrição arquivística no marco da sua literatura;
- b) compreender os diferentes discursos a respeito da normatização e sua tendência nas descrições arquivísticas;
- c) identificar as fontes e as técnicas de pesquisa utilizadas na descrição do Fundo Documental do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e dos itens documentais Oitivas de Familiares de Uruguaios Desaparecidos.

Os regimes militares na América Latina produziram diversos documentos que identificavam os cidadãos contrários ao sistema que vigorava. Além disso, estratégias de ação como capturas, torturas e desaparecimentos de opositores geraram uma infinidade de registros escritos que atualmente se transformam nas principais provas das violações cometidas pelo próprio Estado.

De suma importância, o acervo do MJDH possui grande funcionalidade para a história da humanidade, por ser detentor de fontes que contém retratos da luta, resistência e resgate dos Direitos Humanos. No registro do CONARQ, o acervo está descrito como:

O Acervo documental do Movimento de Justiça e Direitos Humanos reflete a importante história de luta, resistência, resgate e respeito aos Direitos Humanos, perante a violação dos direitos fundamentais no período da ditadura militar no Brasil, fato que tornou esta organização uma referência no cenário nacional e internacional. O acervo propriamente dito revela de forma evidente e clara a história da repressão militar no Estado do Rio Grande do Sul e a região sul do continente latino-americano, ao mesmo tempo, é possível identificar nas diferentes séries documentais que compõem este Fundo, a composição das redes de solidariedade que se criaram, configuraram e permitiram salvar centenas de vidas de militantes políticos, intelectuais, líderes sindicais e estudantis, entre tantos outros, que foram perseguidos pelos regimes repressivos desta região do Brasil e do continente. (CONARQ, 1979, documento on-line¹)

¹ CONARQ. 1979. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=671&sid=105&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

O arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos se constitui por um acervo que possui como fundo documental esse mesmo nome. Dentro deste fundo existem 6 séries, com suas subséries, que retratam sua história de luta na defesa dos direitos fundamentais.

Definindo o trabalho, respondendo aos objetivos e problemáticas, a primeira parte traz em seu conteúdo os conceitos de descrição arquivística e de representação informacional, além de apontar a discussão da normatização da descrição e suas conseqüências e a criação de normas descritivas.

A parte 2 relata o trabalho realizado na organização do acervo do MJDH, visando compreender como os arquivistas chegaram ao processo descritivo das séries e documentos, identifica as fontes e as técnicas de pesquisa utilizadas na descrição dos itens documentais Oitivas de Familiares de uruguaios desaparecidos e analisa a descrição analítica feita nestas, trazendo o debate dos instrumentos de pesquisa como produção de conhecimento arquivístico.

A última parte procura retomar o debate teórico sobre a normatização das descrições arquivísticas e suas conseqüências para a produção de conhecimento arquivístico, com base na análise da descrição arquivística feita.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Este capítulo aborda os conceitos de descrição arquivística, a definindo como uma representação informacional dos acervos na visão dos diversos autores da Arquivologia. Também, inicia a discussão sobre a normatização da descrição, além de relatar a evolução das normas descritivas ao longo da história.

2.1 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E REPRESENTAÇÃO INFORMACIONAL

A descrição arquivística é uma das tarefas primordiais no tratamento dos acervos, visando garantir o acesso às informações contidas nos documentos. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.67) o define como: “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.”

Antônia Heredia (1997, p. 299) defende que a descrição: “[...] es el analisis realizado por el archivero sobre los fondos y los documentos de archivo agrupados natural o artificialmente, a fin de sintetizar y condensar la información en ellos contenida para ofrecerla a los interesados.” Para ela, a análise aplicada aos documentos de arquivo devem ser feitas com subjetividade, e que os arquivistas devem se limitar a representar os documentos, condensando ou substituindo o mais fiel possível as informações de um documento. Em seguida, ela diz que a descrição deve ser:

Exacta: en cuanto que os documentos no son algo impreciso, sino testimonios únicos y concretos.

Suficiente: par la unidad que se está informando (archivo, fondo, serie o documento), sin ofrecer más de lo necesario, por exceso o por defecto,

Oportuna: en cuanto que ha de reflejar una programación que marque una jerarquía de la información. (HEREDIA, 1997, p.301).

Dessa forma, a autora acredita que a descrição arquivística pode facilitar o controle do arquivista e dar informação aos demais (usuários). Ainda, Heredia (1997) fala que a obtenção dos dados da descrição pelo arquivista não é uma “exploração” das informações dos documentos em benefício próprio, como pode ser

a atividade de um historiador, e sim, que este trabalho é encaminhado a “dar a conhecer” a informação indispensável a quem a solicite.

Sobre a atividade descritiva, Heredia (1997, p. 301) cita Duchein² para mostrar que esta operação é parte fundamental da Arquivística:

Sin una descripción adecuada, los archivos son como una ciudad desconocida sin plano, como el cofre de un tesoro sin llave, aún peor: lo mismo que un viajero con un mapa inexacto corre el riesgo de extraviarse, así un instrumento de descripción erróneo o imperfecto puede engañar gravemente al investigador, sea por falsa interpretación de otros datos, sea por falta de informaciones de informaciones referentes al origen y la historia de los documentos.

Acácia Hagen (1998, p. 3) cita Luis Carlos Lopes³, trazendo a noção da arquivística integrada:

[...] acredita-se que, dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Em todos os casos, o trabalho do arquivista é representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva. Portanto, é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística.

A norma ISAD(G), também preconiza a idéia de que a atividade descritiva faça parte de todo o ciclo vital dos documentos:

A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Divergindo dessa idéia, Heloísa Bellotto (2007, p.179) o processo de descrição: “[...] consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados.” Esta autora ainda fala da idéia da descrição ser uma atividade típica dos arquivos permanentes, já que seu correspondente nos arquivos correntes é o Plano de Classificação e, nos arquivos intermediários esta atividade não faz sentido, devido à freqüência de

² DUCHEIN, Michel. **Prólogo a la obra.** apud HEREDIA, Antonia. **Manual de Instrumentos de descripción documental.** Sevilla: Diputación de Sevilla, 1982.

³ LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas.** Niterói: EDUFF; São Carlos, SP: EDUFSCar, 1996 apud HAGEN, 1998, p. 3.

utilização secundária ser quase nula. Para ela, todos os elementos de interesse do historiador (como conteúdos, tipificação das espécies documentais, datas-baliza, subscrições, relações orgânicas entre os documentos e ligação entre fundo e espécie) é que serão objeto do processo descritivo e, portanto, uma atividade do arquivo permanente.

Na abordagem pós-custodial ou funcional desenvolvida pelos canadenses, os princípios arquivísticos são reformulados de acordo com os novos paradigmas da sociedade contemporânea. Dessa forma, o princípio da proveniência dos documentos é visto por essa corrente não mais baseado na estrutura física dos documentos e da instituição que os criou, mas sim, no contexto de produção, na herança documental e no valor social da informação (TOGNOLI e GUIMARÃES, 2010). Como consequência desta reformulação, os conceitos de arranjo e descrição são desenvolvidos mais dentro de um entendimento contextual das relações do documento, do que na entidade física documental. (2012, p.30). Para Cook (*apud* TOGNOLI, 2012, p.30):

A descrição pós-moderna refletiria as pesquisas contextuais sustentadas pelos arquivistas na história dos documentos e de seus criadores, e produziria descrições em constante-mudança, uma vez que a criação dos documentos e a própria história custodial nunca termina. A descrição é continuamente reinventada, reconstruída, renascida. A descrição pós-moderna, focando-se dessa maneira na história do documento, refletiria uma maior nuance no contexto, o que abriria uma riqueza de conteúdo informacional. (COOK, 2007a, p.34)

Para que se garanta amplo acesso, na visão pós-custodial, a descrição é feita através de uma metodologia escolhida pelo arquivista com base nas políticas que envolvem o arquivo, o contexto no qual os documentos foram criados e as atividades a que eles serviram.

Diante da colocação destes autores, este trabalho parte da premissa que a descrição arquivística é uma representação informacional, fruto da atividade intelectual do arquivista, aliando minucioso processo de pesquisa e metodologias próprias da Arquivologia.

Sobre o conceito de representação, ainda Hagen (1998, p. 3) faz considerações citando Cook⁴:

⁴ COOK, Michael. **Information Management and archival data**. London: Library Association Publishing, 1993, *apud* HAGEN, 1998, p.3.

A descrição tem como base a teoria da representação: “a teoria da representação é a de que enquanto os arquivos originais devem ser necessariamente armazenados na estante numa determinada ordem e localização física (normalmente em embalagens fechadas), as representações dos originais podem ser multiplicadas e armazenadas em qualquer ordem e em qualquer lugar que seja considerado útil.

Hagen (1998) analisa as características da teoria da representação que os originais não tem, dizendo que são duas: a primeira é que podem ser distribuídas para fora do arquivo, podendo se tornar públicas de forma impressa ou pelo suporte digital, para atender os usuários; a segunda é que elas podem ser organizadas internamente para facilitar a busca de informações pelos usuários.

Lucia Maria Velloso (2010, p. 62), em sua tese de doutorado intitulada “Modelagem e status científico da Descrição Arquivística no campo dos arquivos pessoais”, também utiliza o conceito de representação para dirigir seu trabalho:

[...] partimos da premissa no presente trabalho de que a descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso. Com, o todo o trabalho de pesquisa, seus resultados podem e devem ser divulgados e nesse caso podem ser divulgados por meio de inventários, catálogos, glossários, biografias, base de dados e outras publicações. Porém não só os produtos devem ser divulgados, mas também as decisões metodológicas e os processo de pesquisa, uma vez que se constituem como parte integrante da produção de conhecimento sobre o arquivo.

A representação citada por Velloso (2010, p. 46) significa a compreensão da descrição arquivística como uma representação resultante de um processo de pesquisa, ou seja, uma representação formulada pelo arquivista, que envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Para a complementação desta idéia, a autora utiliza o conceito de Yakel (2003 *apud* VELLOSO, 2010, p. 46)⁵, sobre a representação:

Uma função arquivística comumente identificada como arranjo e descrição, processamento e, ocasionalmente, catalogação arquivística. O termo ‘representação arquivística’, mais precisamente, reúne as funções do arquivista de (re)ordenar, interpretar, criar substitutos e desenhar arquiteturas para sistemas de representação que contêm esses substitutos do próprio material arquivístico ou de suas representações.

⁵ YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**, London, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003 *apud* VELLOSO, 2010, p. 46.

De acordo com esses autores, a representação se aproxima ao que Antônia Heredia (1997, p. 299) conceitua como a própria descrição arquivística, conforme mencionado acima, e repetido aqui: “[...] *es el analisis realizado por el archivero sobre los fondos y los documentos de archivo agrupados natural o artificialmente, a fin de sintetizar y condensar la información en ellos contenida para ofrecerla a los interesados*”. Portanto, a ideia de representação está no escopo da descrição documental.

2.2 A NORMATIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Nos tempos atuais, dentro da comunidade arquivística, há uma busca incessante pela padronização do processo descritivo, visando a difusão dos acervos arquivísticos e a interoperabilidade de dados. Isso fez com que os profissionais da área trabalhassem de forma a sintetizar os dados a serem informados e difundidos pela descrição documental, deixando de lado a atividade intelectual e de pesquisa, separando o contexto e o conteúdo da interpretação do material que têm em mãos.

Dessa forma, a descrição arquivística se aproximaria das normas da Biblioteconomia, com objetivos sintéticos e pontuais, subtraindo da atividade descritiva a função intelectual do arquivista, que é a de pesquisa e interpretação dos documentos, com a finalidade não só de possibilitar o acesso às informações pelos usuários, mas tornar a documentação um complemento para a fonte de pesquisa, ou seja, produzir conhecimento através do processo descritivo, sem se referir somente aos documentos, mas ao contexto deles, ao seu conteúdo, ao seu processo de criação.

Acácia Hagen (1998, p. 4), em um artigo intitulado “Algumas considerações a partir dos processo de padronização da descrição arquivística”, refere-se aos riscos que podem ocorrer por conta de uma descrição sintética:

Michel Duchein [...] aponta o que considera um problema: ‘o risco, indo-se muito longe nesta direção, será de ver a descrição arquivística alinhar-se pura e simplesmente aos conceitos da biblioteconomia ou da documentação, em detrimento dos princípios de base da arquivística [...]’ para avaliar até que ponto existe esse risco, deve-se voltar a uma questão básica: o que é a Arquivística? Se tivermos claramente estabelecidos os elementos que definem a arquivística enquanto campo específico do conhecimento, poderemos diferencia-la da biblioteconomia e da documentação.

Hagen (1998, p. 6) continua sua análise sobre o processo de padronização e traz a questão da discussão sobre isso, que sintetiza parte deste trabalho:

[...] o processo de padronização da descrição arquivística está em andamento, tanto em nível internacional quanto em nosso país. O limite da padronização ainda está por ser estabelecido, mas acreditamos que a característica mais importante deste processo é o fato de provocar a discussão a respeito da atividade arquivística, a respeito do que seja o saber arquivístico, de suas especificidades e pontos de aproximação às demais disciplinas do campo da ciência da informação.

A preocupação recorrente é a separação da elaboração da descrição dentro de normas rígidas e estanques do trabalho intelectual do arquivista, suas funções de pesquisa e de produção de conhecimento em cima do material que está sendo analisado.

Nessa perspectiva, Lucia Velloso (2010, p. 60) diz que:

Vale lembrar que o fundamento desses padrões moduladores se relaciona com objetivos muitas vezes não pertinentes à representação do material arquivístico e, portanto, pode impulsionar não só um engessamento do processo descritivo, mas também esconder a produção de conhecimento do arquivista sobre um determinado arquivo, massificando um processo de criação que é típico do profissional. Nesse caso, poderíamos permitir o esquecimento da especialização do arquivista, cujo domínio é a produção de conhecimento sobre acervos arquivísticos.

Os padrões moduladores a que Velloso (2010) se refere são as normas de descrição arquivística, elaboradas pelas diversas escolas de Arquivologia, em busca do compartilhamento de dados.

Dentro dessa noção, Hagen (1998) faz uma análise sobre os esforços feitos em busca da padronização, atentando ao fato de que isso ocorre em função do impacto das novas tecnologias, que facilitaram a troca de informações ao redor do mundo. Para tanto, a discussão sobre a padronização foi pautada nos conceitos de biblioteconomia e de documentação, o que levou também à discussão do próprio conceito de arquivística, em relação às outras disciplinas. Hagen (1998) traz para a discussão as análises feitas por Duchein e Lopes, sobre a aproximação da normalização da descrição documental aos conceitos da biblioteconomia e documentação.

A autora diz que, para avaliar até que ponto existe o risco da aproximação às normas da biblioteconomia, é necessário avaliar primeiro o conceito de arquivística, para poder diferencia-la das demais disciplinas. Por isso, traz Luis Carlos Lopes

(*apud* HAGEN, 1998, p. 5)⁶, que, segundo ela, avança no aspecto teórico em relação à teoria arquivística, dizendo que:

- Os atos humanos de qualquer natureza produzem informações;
- A informação é uma categoria abstrata que se materializa quando é registrada e representa uma sucessão de atos ou fragmentos que possam ser definidos como fatos;
- Quanto mais único e isolado for o registro da informação, mais integral e possível de ser interpretado;
- Considera-se documento todo e qualquer suporte material a que possa ser atribuído, de modo arbitrário, científico ou não, a existência de um conteúdo informacional.

Para Lopes (*apud* HAGEN, 1998)⁷, esses são pressupostos para que se construa uma teoria da informação, de interesse para o conhecimento arquivístico, sendo só assim possível diferenciar a disciplina arquivística das disciplinas próximas. Dessa forma, na análise da autora, com os conceitos da teoria arquivística já delimitados, o processo descritivo terá uma forma que é específica do trabalho do arquivista.

Os instrumentos de pesquisa são o resultado do trabalho intelectual do arquivista, do processo de pesquisa e da escolha das normas para tornar o acervo disponível aos usuários. Bellotto, Hagen, Heredia e tantos outros avaliam que o processo descritivo se dirige à elaboração de instrumentos de pesquisa, sendo estes a finalização da atividade descritiva.

Contudo, divergindo dessa idéia, Velloso (2010) traz uma noção de que o trabalho descritivo e os instrumentos de pesquisa são diferentes um do outro, tem funções diferentes na atividade do arquivista. Para ela, a descrição documental é o trabalho intelectual do arquivista, é onde se dá a produção de conhecimento de um arquivo. Esta atividade envolve a pesquisa além dos documentos, buscando fora dos arquivos conhecer a história e o contexto ao qual o documento esteve envolvido. Já o instrumento de pesquisa é: “[...] um dos produtos do processo descritivo e não traduz todo o conhecimento produzido pelo arquivista sobre o acervo” (VELLOSO, p.52). Para a autora:

⁶ LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos, SP: EDUFSCar, 1996 *apud* HAGEN, 1998, p. 5.

⁷ LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos, SP: EDUFSCar, 1996 *apud* HAGEN, 1998, p.5.

A compreensão da descrição arquivística como processo de pesquisa redimensiona o seu próprio lugar na Arquivologia. Tradicionalmente entendida como atividade voltada à elaboração de instrumentos de pesquisa, perdeu-se sua dimensão científica e foi reforçada sua perspectiva prática até chegarmos a ponto da produção de modelos de “confecção” de descrição. (VELLOSO, 2010, p.53).

Neste trabalho, partimos do pressuposto que o instrumento de pesquisa é parte do trabalho intelectual do processo descritivo, e o seu resultado final deverá ser amplo e contextualizado historicamente, pois só assim o usuário terá o acesso à informação assegurada por um material elaborado visando a difusão do conhecimento e a autonomia do usuário.

Na prática, comparativamente, podemos perceber a diferença dos processos descritivos em alguns fundos que se encontram disponíveis on-line. O caso do acervo de Adelina Dematti de Alaye, disponível no catálogo do *site* Memória Abierta⁸, demonstra uma profunda preocupação com a maximalização das informações, como podemos perceber no item “história arquivística”, do âmbito da contextualização da norma:

Historia archivística

El Fondo que se describe fue creado por Adelina Ethel Dematti de Alaye. El inicio de su constitución está marcado por la búsqueda de su hijo Carlos Esteban Alaye, desaparecido, víctima de la represión ilegal de la dictadura argentina, y de las acciones y actividades desarrolladas por Adelina para su localización. Además y principalmente por documentos que refieren a las actividades de su militancia en diferentes organizaciones defensoras de los derechos humanos.

Al momento de iniciarse las tareas de clasificación y ordenamiento con miras a la presente descripción, un 70%3 de la documentación se hallaba clasificada de acuerdo con criterios personales y el restante sin organización. En contacto con Memoria Abierta, Adelina de Alaye decidió autorizar la organización de su archivo personal que se encontraba en el garaje de su residencia, a fin de hacerlo disponible para la consulta pública. Esta tarea fue realizada respetando los criterios de clasificación adoptados para la ordenación empírica del archivo desarrollados por la propia productora de los documentos, y de la inclusión de los procedimientos archivísticos adecuados para el caso, buscando también establecer algunas prioridades para la digitalización del material. En estas actividades participó un equipo de Memoria Abierta a través de la Coordinación del Programa de Patrimonio Documental y Archiveros sin Fronteras de Brasil. Las tareas se llevaron adelante mediante un proyecto presentado ante la Secretaría de Ciencia y Técnica (hoy en día dependiente del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología), en el cual se incluyó también la digitalización completa del acervo, llevada adelante por un equipo de la Facultad de Informática de la Universidad de La Plata.⁴ A los efectos de la tarea de descripción, la documentación fue tratada en relación con dos criterios-guía. Por una parte, se aplicó un criterio funcional, ordenando el material

⁸ MEMORIA ABIERTA. Catálogo. 2009. Disponível em: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/bases/opac/>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

recopilado de acuerdo con las actividades del productor. Al mismo tiempo, a los efectos de atender al principio de orden original, se conservó dentro de lo posible el orden temático establecido en el interior de las series por la productora. En todos los casos las clasificaciones temáticas corresponden a las aplicadas por Adelina originalmente o a los criterios a partir de los cuales organizaba la documentación em función de las actividades que desarrollaba. En relación con los tipos documentales, el conjunto del fondo es heterogéneo. La tensión entre los criterios funcionales y el principio de orden original dan como resultado que algunas series sean relativamente homogéneas en relación con los tipos de documentos que pueden hallarse en ellas (correspondencia particular y oficial, memorandos, fichas, listados, publicaciones, producciones originales, etc.), mientras que en otras, como el caso de documentos vinculados con actividades o instituciones específicas, dan como resultado unidades muy heterogéneas (colecciones de informes, circulares, memos y papeles de trabajo, recortes de prensa, publicaciones, etc.) que por su diversidad justificó una división en subseries de tipos heterogéneos.

3 El porcentaje es producto de una estimación aproximativa. Memoria Abierta procedió a la clasificación y ordenamiento de 20 cajas de archivo en 2006

4 Proyecto “Adelina Dematti de Alaye: estabilización, digitalización y guarda permanente de su archivo”, presentado ante Programa Calidad de Vida y Desarrollo Económico Social, Secretaría de Ciencia y Técnica Ahora Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica, Secyt - Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología). (MEMORIA ABIERTA, 2009, documento on-line)

Podemos perceber ao longo do texto o objetivo dos arquivistas responsáveis pela descrição de transparecer o trabalho que tiveram para organizar o acervo, não resumindo a história arquivística apenas por onde a documentação passou. Esse resumo, podemos ver na descrição do fundo Floriano Peixoto, disponível no site do Arquivo Nacional (2010)⁹:

História Arquivística: Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito do então Distrito Federal, por decreto legislativo de 14 de dezembro de 1895 determinou que os documentos do arquivo Floriano Peixoto fossem arrolados para serem publicados na Revista do Arquivo Municipal. Formou-se uma comissão composta por: Alexandre José de Melo Moraes Filho, Fernando Luís Osório, José Medeiros e Albuquerque, José Américo de Matos, Júlio Henrique do Carmo e Artur Vieira Peixoto, filho do titular. O trabalho de separação e arrolamento dos documentos foi concluído em janeiro de 1898, porém o projeto de publicação foi suspenso e a comissão foi dissolvida. Artur Vieira Peixoto fez inúmeras tentativas para preservar e divulgar o acervo. Em 1917 solicitou a Nilo Peçanha autorização para depositar o acervo no Ministério das Relações Exteriores. Em 1925 é publicado “Floriano Peixoto - Vida e Obra”. Nos anos 1931, 1933 e 1935 novas tentativas são feitas para organização do acervo, mas não são concluídas. Tenta-se, em 1937, publicar pela Imprensa Nacional, mas o projeto é prejudicado pelo Estado Novo. Em 1939 o Ministério da Educação edita em seis volumes “Floriano: Memória e Documentos”. Em 1937 o Ministério do Exterior envia ao Arquivo Nacional a documentação, e em

⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). 2010. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/2010/floriano_peixoto_2010_jul.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2012.

1988 uma pequena parcela é doada à instituição. No Arquivo Nacional, não se tem notícia do tratamento técnico dado à documentação, até final da década de 1980, quando foi organizado, de forma sumária. O arranjo dividiu o acervo em dois grandes grupos - Governo Legal e Governo Revoltoso – e, dentro destes, nas seguintes séries: Correspondência, Administração, Impressos, Fotografias, Diversos, Peça de Museu. Na série Correspondência os telegramas foram agrupados cronologicamente, por estado da federação e países. Apesar de existir uma organização mínima, o acesso às informações não era ágil e satisfatório. Dessa forma, no ano de 2001 o Arquivo Nacional, dentro do projeto de Preservação dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República do Programa Brasil Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura, recebeu verba para o projeto de reorganização do fundo Floriano Peixoto, que foi realizado no período de 2001 a 2003, nos moldes da ISAD(G). (ARQUIVO NACIONAL, 2010, documento on-line)

A partir de comparações entre as diversas descrições disponíveis ao acesso, é que será possível analisar a forma de como devemos trabalhar com um processo descritivo. A busca e a pesquisa por outras informações que preencham possíveis vazios de informações são de fundamental importância para que a descrição seja uma produção de conhecimento. São os elementos extrínsecos, o contexto.

Esta discussão surgiu da necessidade de se buscar um padrão internacional de regras para que a informação nos arquivos fosse amplamente acessada. No fim dos anos 1980 surgiu um Comitê *ad hoc* de Normas de Descrição, do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), para elaborar um documento-base com normas que orientassem, em nível internacional, a descrição arquivística. Os anos seguintes foram de intensa produção e promoção de encontros com o fim de discutir o tema da padronização.

2.3 AS NORMAS DE DESCRIÇÃO

Historicamente, a busca pela criação de normas e a padronização dos processos descritivos se deu após a descrição arquivística se tornar uma solução para o problema de muitas instituições de custódia, que separavam os seus acervos por tema, desvinculando o documento de seu produtor.

Na Holanda, o debate sobre a necessidade de modelos para a descrição arquivística iniciou-se em 1898, julgando importante a sistematização e a apresentação de regras para a estruturação dos inventários dos arquivos, também procedendo ao manual de procedimentos para o arranjo e a elaboração de instrumentos descritivos para o controle e o acesso.

No Canadá os arquivistas utilizam a norma RAD (Rules of Archival Description) para a descrição. Para Velloso (2010) a RAD apresenta uma maior preocupação com a estruturação da informação do que propriamente com o seu formato de saída. Segundo a autora, a RAD em muitos pontos se assemelha à MARC, ficando implícita a influência da Biblioteconomia na formulação da norma, mesmo com a preocupação da necessidade de estabelecer um embasamento teórico ao descrever um acervo. Observa-se também a preocupação com a descrição das atividades e funções dos produtores dos arquivos, conectando a outros documentos, relacionando-os com outras fontes. A RAD é utilizada como referência na versão *beta* do ICA-AToM, embora esta esteja comprometida com a norma ISAD (G).

Nos Estados Unidos, a aproximação do arquivista com a catalogação da Biblioteconomia faz com que haja uma forma mais peculiar do uso da padronização da informação. Houve o desenvolvimento do MARC com o componente de arquivo (MARC AMC). No entanto, o modelo não foi completamente incorporado pelas instituições, surgindo também o APPM, que nos anos 1990 passa por um processo de revisão e incorpora a ISAD (G) e a ISAAR (CPF) às suas normas.

No Reino Unido um grupo liderado por Michael Cook elaborou o MAD (Manual of Archival Description), que não objetiva a padronização e a uniformidade. Para Cook, o MAD incentiva a compatibilidade entre as diferentes tradições de descrição arquivística. Assim, há uma preocupação com os usuários de arquivo e a compreensão do processo descritivo como uma representação elaborada pelo arquivista. Nos anos 2000, na 3ª edição da MAD, a norma ISAD(G) é incorporada em sua proposta.

A norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE) foi criada pela Câmara Técnica do Conselho Nacional de Arquivos, suprimindo a necessidade de adaptar as normas ISAD(G) e ISAAR (CPF) à realidade dos arquivos brasileiros.

Com o aumento da complexidade teórica da arquivologia e com o aporte do surgimento da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), os dados contextuais se tornaram cada vez mais reconhecidos como parte importante e necessária na criação da representação arquivística. Podemos perceber a importância dos dados contextuais quando consideramos a afirmação de Marcondes (2001) acerca da importância contextual para a interpretação e compreensão de mensagens. Por certo, a inclusão do contexto nos instrumentos de referência,

segundo Yakel (2003 apud VELLOSO, 2010)¹⁰, demonstram duas tendências. A primeira é o aumento das descrições mais gerais, dos níveis mais abrangentes do arranjo, como o fundo, os grupos e as séries. A segunda tendência é a diminuição da granularidade, ou seja, das descrições dos itens documentais. Assim, os instrumentos deixam de ser extremamente específicos, demandando mais recursos para a finalização do processo, para serem cada vez mais gerais e com maior disponibilidade descritiva das partes que compõem o todo.

Como se pode compreender da exposição teórica, é possível direcionar essa discussão à sua colocação prática. A produção de conhecimento em um acervo requer um trabalho de organização de forma a facilitar o uso dos arquivos. A descrição arquivística deve ser a materialização desse trabalho, e para que se chegue a esse fim, a pesquisa da origem, da produção, das atividades e do contexto dos documentos e seus produtores é o meio que deve ser utilizado para que se depreenda toda a importância do acervo trabalhado.

O trabalho dos Arquivistas sem Fronteiras no acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos começou com a discussão da importância de se resgatar este tipo de acervo para a compreensão do alcance que Ditaduras Militares na América Latina tiveram (e tem) dentro da história mundial. Para que essa compreensão chegasse ao conhecimento da sociedade, foi firmada uma parceria entre as duas instituições – ASF e MJDH – para que o acervo fosse organizado, descrito e colocado à disposição de todos.

A discussão sobre descrições resumidas e sintéticas gerou o interesse de analisar a atividade descritiva do arquivo do MJDH, devido exatamente à importância dessa instituição e a preocupação de que a organização arquivística através da produção de conhecimento pudesse gerar o interesse de pesquisadores de todas as áreas em consultar estes documentos. Por isso, é fundamental que se conheça o trabalho de organização e de pesquisa feito neste acervo, para dar continuidade à discussão sobre a padronização das descrições arquivísticas e suas consequências para a produção de conhecimento.

¹⁰ YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**, London, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003 apud VELLOSO, 2010.

3 O ACERVO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Esta seção apresenta o acervo constituído pelo MJDH e trata do trabalho feito no processo descritivo, desde a elaboração do quadro de arranjo, as funções de pesquisa e a escolha da descrição do item documental “Oitivas de familiares de uruguaios desaparecidos”, demonstrando o uso da descrição como fonte de acesso e pesquisa, e sua relação com o contexto histórico da instituição e da Ditadura Militar.

3.1 O PROCESSO DESCRITIVO NO ACERVO DO MJDH

A preocupação em dar acesso aos documentos de um acervo é uma função primordial dos arquivistas. Sendo assim, seu trabalho na organização dos arquivos – o arranjo e a descrição – pressupõe a compreensão da origem dos documentos, de quem foram seus produtores, suas funções sociais e o papel que ocuparam perante a sociedade. Dessa forma, o arquivista, em seu trabalho de pesquisa, produz conhecimento ao iniciar um programa descritivo com metodologia própria da Arquivologia, objetivando difundir acervo que está organizando.

Os documentos de organizações de direitos humanos foram os testemunhos da atuação repressiva do Estado e a prova da existência de mortos, desaparecidos, perseguidos ou torturados por ordem deste. Posteriormente, foram constituídos como acervos, não perdendo o seu papel de denúncia, agregando em sua valoração a construção e preservação da memória da luta contra a ditadura e sistemas repressivos.

Elisabeth Jelin (2002, p.7) contribui para o entendimento da importância dos acervos de organizações sociais, no que se refere aos documentos produzidos durante a ditadura civil-militar na América Latina e analisa que:

Es así como se fueron constituyendo al menos tres tipos de acervos archivísticos:

- a) *Los acervos de las instituciones represivas [...]*
- b) *Los acervos acumulados en base a listados y denuncias de casos, no necesariamente con material documental, como lo recogido por la Comisión de Verdad y Reconciliación (Comisión Rettig) en Chile, o la Comisión Nacional de Desaparición de Personas (CONADEP) en Argentina. En general, estos listados se apoyaron en las denuncias recogidas por las organizaciones de derechos humanos anteriormente, como los listados de la Asamblea Permanente*

de Derechos Humanos en Argentina, la Vicaría de la Solidaridad en Chile, analizado por Angelica Cruz, o Clamor desde Brasil (uno de los acervos a los que hace referencia Samarone Lima)

- c) *Otros acervos diversos y generalmente dispersos, que recogen documentos, restos y rastros del periodo dictatorial. Materiales sobre la vida cotidiana durante las dictaduras, sobre los medios de comunicación de masas, sobre el propio movimiento de derechos humanos, sobre la resistencia personal y colectiva. Acervos que se extienden en el tiempo al periodo postdictatorial, especialmente con iniciativas que incorporan dentro de sus objetivos 'la memoria' y la transmisión de mensajes a la posteridad. (JELIN, 2002, p.7)*

Estes acervos foram tema de debate durante o Fórum Social Mundial de 2005. A partir daí, surge uma ação da Archiveros Sin Fronteras, aqui Arquivistas Sem Fronteiras, de formar grupos de trabalho para localizar e intervir em acervos da luta contra a ditadura civil-militar no Cone Sul. No Rio Grande do Sul, sob a coordenação do professor Jorge Enriquez Vivar, em conjunto com a pró-reitoria de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é montado um grupo de trabalho para recuperar o acervo do MJDH.

Como toda intervenção em massas documentais acumuladas, os documentos passaram primeiramente pelo processo de higienização, para que depois se começasse a entendê-los, saber sua origem, que função os tinha gerado. Dessa forma, trabalhando em conjunto com membros da instituição, o grupo de trabalho foi buscando o sentido e a relação dos documentos entre si. Segundo o professor Jorge Vivar, em entrevista cedida para este trabalho, encontravam-se misturados documentos sobre a Operação Condor no Brasil, informes da polícia de inteligência de Buenos Aires, documentos simbólicos sobre tortura, prisão e perseguição de lideranças políticas, sindicais, estudantis e sociais, entre vários outros. Em se tratando de um arquivo privado, poderia-se estar trabalhando com uma coleção, onde documentos são reunidos a partir de uma coleta artificial de documentos sobre determinado tema e que não apresentam relação entre si ou não são geridos por uma atividade.

É recorrente compreender os conceitos arquivísticos dentro do trabalho de organização de um acervo, pois para que se chegue à atividade descritiva é necessário percorrer um longo caminho de análise e entendimento dos documentos, as relações deles entre si, com sua origem e seus produtores e a pertinência com as atividades e funções da instituição que os abriga. Assim, o arquivista determina o

tipo de acervo a ser organizado, e inicia o processo de organização e conhecimento do acervo, aplicando a metodologia própria da arquivística, através dos seus principais conceitos. É importante que se diferencie o que é uma coleção de um acervo arquivístico, e dessa forma entender o sentido da utilização de uma metodologia arquivística ao se trabalhar os acervos.

3.1.1 Acervo arquivístico X Coleção

No momento em que se inicia um trabalho em um acervo tão peculiar como o do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o arquivista se depara com a dúvida se está diante de um acervo arquivístico ou de uma coleção.

A coleção ou agrupação artificial é entendida por Heredia (1991, p.149) como documentos cuja união e relação entre si é determinada por um tema ou assunto, pelo colecionador. É uma coleta de documentos feita aleatoriamente, e agrupadas por um assunto em comum. Para a autora: “[...] *su origen no responde al resultado de una gestión institucional personal sino a la voluntad de alguien.*” (p.149). O dicionário de Terminología Arquivística (2005) traz a seguinte definição: “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente.” (p.52)

No entanto, em meio à massa documental acumulada, em seu processo de conhecimento e reconhecimento dos documentos e da instituição que os acolhe, aplicam-se os princípios que regem a disciplina arquivística: o princípio da proveniência e o princípio da organicidade. Ao aplica-los, questiona-se quem é o produtor desses documentos, quem os criou e acumulou devido ao cumprimento de suas atividades e se há relação orgânica entre eles. Se não for possível identificar seu produtor e não se visualiza a conexão entre eles, o acervo é identificado como uma coleção. Se a resposta identificar produtor e relação orgânica, estamos diante de um acervo arquivístico.

Antonia Heredia (1991) fala que convém insistir na distinção de documento de arquivo de outros significados de documentos em geral, baseando-se em sua origem para poder diferencia-los, e define que: “[...] *se estiman como tales los producidos e recibidos por una persona o institución durante el curso de su gestión o actividad para el cumplimiento de sus fines y conservados como prueba y información.*” (HEREDIA, 1991, p.123)

A autora reitera que mesmo livros publicados em consequência dos fins de uma instituição não poderiam ser tratados como documento arquivístico, pois esses são gerados para sua edição, mas não o resultado desta.

Compreendendo que se está trabalhando em um acervo arquivístico, o foco direciona-se para a aplicação da metodologia própria da Arquivologia, e para isso é necessário o emprego de conceitos que caracterizam as técnicas utilizadas na organização de acervos. A descrição arquivística é a “cereja do bolo” no que se refere à produção de conhecimento do arquivista. É ela que chegará aos olhos dos usuários do arquivo. Como já foi dito, para que se chegue à descrição, o trabalho passa por algumas etapas, e evidentemente pela interpretação do contexto dos documentos, determinando sua origem e relação entre si. Assim, para esclarecimento desse trabalho, vamos examinar o Princípio da Proveniência e o Princípio da Ordem Original dos documentos.

3.1.2 Princípio da proveniência e Princípio da ordem original

Outro conceito utilizado na identificação de um acervo arquivístico é o do Princípio da Proveniência, que o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define como:

Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos. (p.135)

Para Schellenberg (1980), o Princípio da Proveniência tem sua importância ao proteger a integridade do documento, ao manter seus valores de prova e ao conteúdo que nele residem. Além disso, auxilia o arquivista no momento do arranjo, da descrição e consulta do acervo.

No entanto, para a corrente pós-custodial, advinda da escola canadense, o Princípio da Proveniência, que na arquivística tradicional é visto como físico e estático por somente objetivar a integridade dos fundos, agora é visto além disso, podendo ser utilizado para a análise funcional nos contextos de criação dos documentos (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010, p.5). Embora a corrente se baseie nos documentos virtuais, é claramente aplicável nas técnicas arquivísticas, onde o

arquivista procura saber os fatores culturais e sociais, os valores e a ideologia que influenciaram a criação do documento e assim, trabalhar o acervo visando a democratização da informação.

Para Tognoli e Guimarães (2010):

Essa abordagem trabalha em direção ao reconhecimento das relações existentes entre os produtores de documentos e as funções desempenhadas por eles que são refletidas nos registros. Nesse contexto, as convenções narrativas empregadas nesse processo também refletirão a herança documental (p.6)

Aliado ao Princípio da Proveniência, o Princípio da ordem original auxilia na organização interna do acervo, conferindo-lhe sua identidade como conjunto documental. Para Souza, citando Rousseau e Couture¹¹:

O outro princípio que fundamenta as ações de classificação de informações arquivísticas é o princípio da ordem original. Para Rousseau e Couture (1998, p. 83), essa vinculação é representada, inclusive, na denominação adotada para os princípios: primeiro grau do princípio da proveniência e segundo grau do princípio da proveniência. Este último visa o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo. (SOUZA, 2003, p. 257).

Nesse sentido, a ordem original pertence ao segundo grau do Princípio da Proveniência, e assim, a origem do documento, que é a atividade que o gerou, irá conferir a sua identidade.

Dessa forma, fica facilitado o trabalho do arquivista na construção do quadro de arranjo. Para Schellenberg¹² (1980, p.89, *apud* BELLOTTO, 2007, p.135), arranjo é o “processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas e o agrupamento, em relação significativa, de tais unidades entre si.” Para Belloto, a “relação significativa” à qual Schellenberg se refere é o princípio da organicidade e, no caso das massas documentais acumuladas, o arranjo deve basear-se na classificação feita na fase corrente, mesmo com as lacunas provenientes da aplicação da tabela de temporalidade ou mesmo sem o prévio conhecimento das atividades da instituição, para que se possa reconstruir a organicidade.

¹¹ ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 83 *apud* SOUZA, 2003, p. 257

¹² SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Tradução de Manuel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 1980, p.89 *apud* BELLOTTO, 2007, p.135.

Para a teoria arquivística, a descrição não é dissociada do trabalho de arranjo. Este é consequentemente um produto daquele. Para descrever um fundo de arquivo, suas séries e itens documentais, é necessário que os documentos estejam organizados de acordo com um planejamento. Para Schelleberg (1980), a tarefa do arranjo é: “[...] fixar a ordem, a partir da desordem” (p.89).

No seção seguinte, veremos como foi entendida a organicidade do acervo do MJDH, e como foram aplicada a metodologia e as técnicas arquivísticas para a sua organização.

3.1.2.1 A metodologia arquivística aplicada no acervo do MJDH

De acordo com o Professor Jorge Vivar (2012), no início do trabalho e do entendimento das funções da instituição, foi buscada a organicidade desse acervo, para que se pudesse esboçar um primeiro arranjo dos documentos.

Por organicidade, entendemos que:

Organicidade - Se um arquivo é formado por um conjunto de documentos que se originam de ações articuladas em prol da missão de uma entidade, tem-se que ele resulta em um todo orgânico cujas partes são inter-relacionadas de modo a fornecer o sentido do conjunto. (DURANTI, 1994, p. 49)

O “todo orgânico” - ao qual Duranti (1994) se refere - são os documentos provenientes de um mesmo produtor e que apresentam conexões entre si. Na intervenção do acervo, esta conexão foi difícil de ser percebida devido à característica peculiar da política do MJDH. Como já dissemos, a atuação dessa instituição começou durante o período da ditadura civil-militar e lutava contra os órgãos repressores do Estado. Seu estatuto, além de ter sido construído segundo as primeiras legislações de ONG's, não refletia exatamente as ações às quais ela se dedicava. Em sua elaboração, optou-se por colocar no papel funções mais genéricas, para que pudessem passar pelo aval das autoridades.

O que se descobriu em relação à organicidade do acervo foi que seus documentos não derivavam de suas funções, mas sim de suas ações enquanto

defensora dos direitos humanos, feitas tanto no período ditatorial quanto democrático, enfatizando a luta não só no Brasil, mas no âmbito do Cone Sul.

Dessa forma, o arranjo documental do acervo do MJDH foi pensado a partir da luta ativa da instituição na resistência ao período militar na América Latina e na denúncia de violações dos Direitos Humanos no regime democrático. Isso se reflete na nomenclatura dada às séries que compõem o fundo documental, destacada na fala do arquivista Jorge Vivar (2012), quando esclarece o trabalho de arranjo do acervo:

Tem uma outra série que se chama, que nós denominamos assim, 'promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos', essa foi uma outra série na qual criamos várias subséries para classificar os documentos provenientes – não das funções – mas sim das ações do Movimento. Funções nós sempre pensamos que decorrem de um estatuto, de um regimento, de um regulamento... Não! Nesse caso, no estatuto as funções eram bem genéricas... Mas sim as ações nas quais ele [MJDH] participava. E ele participou em tudo o que se pode chamar de defesa dos direitos humanos, em tudo, em tudo... na intervenção, na delação dos direitos humanos por parte dos organismos do Estado, encarregados da segurança pública, com os excessos, com a violência policial, com a violência, o exagero, do abuso de poder...com os abusos em algum momento naquele período da ditadura, os abusos e as violações dos direitos humanos dentro do setor privado também, com perseguição a sindicalistas... nos setores privados se algum representante de sindicato era perseguido, era demitido... e aí o Movimento intervia para defender seus direitos [...]

Em face do exposto, é possível refletir que o arranjo feito neste acervo se encaixa dentro da corrente pós-custodial da Arquivística, onde o contexto sócio-cultural e ideológico dos documentos – as ações que os criaram – representam maior importância que sua proveniência. Tognoli e Guimarães (2010) analisam que a partir desse paradigma os conceitos arquivísticos são aplicados no reconhecimento das “relações existentes entre os produtores dos documentos e as funções desempenhadas por eles que são refletidas nos registros” (p.6). Assim sendo, o arquivista estará não só familiarizado com o conteúdo desses documentos, mas sim, com sua história e a história de sua criação e utilização, para que, enfim, conheça profundamente o acervo e o contexto pelo qual ele foi criado, e o possa amplamente disponibilizar.

3.1.2.2 O quadro de arranjo, as séries documentais e a reconstrução do contexto arquivístico

O quadro de arranjo do MJDH foi construído sob a concepção de que um arquivista não deve ser neutro ou imparcial ao aplicar a teoria arquivística em seu trabalho. Segundo o arquivista Jorge Vivar, ao falar sobre a Série 3 “Terrorismo de Estado no período da Ditadura no Cone Sul”, diz que a reflexão na elaboração do quadro de arranjo da instituição foi feita a partir dessa perspectiva. Para ele:

Havia uma outra discussão na arquivística sobre a neutralidade, a imparcialidade do arquivista..não existe isso né...todos nós, seres humanos, temos, a ver, isso que se chama ideologia também, todos nós temos...princípios, temos ideais, temos éticas, e elas estão associadas àquilo que nós pensamos, do ser humano, da vida e da sociedade. Então não existe isso de uma arquivista ser um neutro, um profissional imparcial. (VIVAR, 2012)

Para Cook e Schwartz (2004): “[...] os arquivistas são artífices da política de identidade” (p.26) e, com isso, exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico e sobre como nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedades. Dado o fato de o acervo ser constituído por uma instituição que combate as violações aos direitos humanos, seu quadro de arranjo reflete sua política e visão de mundo.

A série 1 – organização e funcionamento – como toda instituição contém documentos sobre a fundação do MJDH, o regimento e estatuto, bem como documentação administrativa, fiscal e de recursos humanos.

A série 2 – Promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos – é constituída por subséries que abarcam documentos sobre a defesa das violações cometidos pelo poder público no período democrático da história do país e do mundo. As subséries são denominadas a partir das intervenções feitas pelo MJDH na saúde e segurança pública, nas questões agrárias e de moradia urbana – com grande participação no nascimento do Movimento dos Sem-Terra -, questões de xenofobia e discriminação social, de estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior, como os casos de crianças seqüestradas e levadas por familiares para fora do país; também há a subsérie que abarca as parcerias feitas entre o MJDH e organizações

internacionais, como a UITA, e a subsérie que demonstra as ações feitas pela instituição na educação pelos Direitos Humanos.

A série 3 – Terrorismo de Estado no período da Ditadura no Cone Sul – que dentro do quadro de arranjo, pode ser visualizada no anexo A deste trabalho, aborda as intervenções feitas pelo Movimento entre 1964 e 1984, desde sua clandestinidade na luta contra os órgãos repressores na América Latina. Contém documentos que denunciam torturas, prisões arbitrárias, desaparecimento de pessoas, além do auxílio dado aos refugiados e às famílias de mortos e desaparecidos políticos. Esta documentação revela casos emblemáticos na luta contra a ditadura, como o acompanhamento do seqüestro dos uruguaios em Porto Alegre, Universindo Diaz e Lílian Celiberti. Além disso, demonstra a comunicação feita pela instituição com outros órgãos de luta contra a ditadura na América Latina e como isso forneceu auxílio aos perseguidos pelo regime militar.

A série 4 – Transição política no Cone Sul – que trata das questões de abertura democrática e de como ela foi promovida nos países latino-americanos que sofreram o golpe militar. Há documentos, panfletos, recortes, correspondências sobre as interferências e ações do Movimentos nas discussões sobre as questões de anistia, abertura de arquivos do Estado e reparação e indenização de vítimas e familiares.

A série 5 – Prêmio de Justiça e Direitos Humanos – traz toda a documentação do evento promovido pelo MJDH há 29 anos, que premia jornalistas dos mais variados meios que cobrem as notícias de violação ou premiação dos direitos humanos.

Finalmente, a série 6 traz os clippings de jornais sobre as ações às quais o MJDH esteve envolvido e que foram coletados desde o início de suas ações. Nesta série optou-se por classificar os documentos de acordo com o quadro de arranjo, ou seja, traz como subséries as séries anteriores à esta, porque noticiam as ações da instituição.

Ainda, há a série do acervo fotográfico, que traz registros dessas ações e intervenções, porém não está organizada e classificada.

3.1.2.3 A função da pesquisa na descrição arquivística

O acervo do MJDH, como pudemos ver, demonstra ter uma peculiaridade ímpar no que diz respeito à origem e organicidade de seus documentos, e o conteúdo que carrega. Na identificação de usuários, percebeu-se que os documentos tem sido solicitados principalmente para a elaboração de artigos, dissertações e teses nas áreas das Ciências Humanas - História, Sociologia - e também áreas de Comunicação, como o Jornalismo.

Diante desse quadro, optou-se por maximizar o conteúdo da descrição, procurando obter referências com os seus produtores e o contexto no qual eles foram criados. Assim, a documentação obtida através da atividade descritiva torna-se um complemento à fonte de pesquisa, ampliando ao usuário informações que antes poderiam ser ignoradas, conforme se posiciona BELLOTTO (2007):

Cabe, portanto, ao elaborador da descrição apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicações da documentação por ele descrita. Se o historiador deve submeter-se às coordenadas que limitam seu trabalho, isto é, à existência de documentos utilizáveis e à lógica de sua própria análise, interpretação e síntese, o arquivista, por seu conhecimento do acervo e por sua técnica de descrição, indexação e resumo, pode fornecer-lhe elementos que, muitas vezes, permaneceriam para sempre ignorados, gerando lacunas, distorções graves ou mesmo fatais para a historiografia. (p.177)

Nesse sentido, o que pode-se perceber é que se procurou desenvolver um minucioso trabalho de pesquisa, de forma a reconstruir o contexto arquivístico do acervo do MJDH. Para isso, a atividade descritiva partiu das seguintes etapas:

- a) identificação dos membros do Movimento de Justiça e Direitos Humanos;
- b) identificação de personagens mais recorrentes na documentação do acervo entre ativistas do próprio MJDH, vítimas e agentes de violações aos Direitos Humanos;
- c) identificação de eventos, atividades e fatos históricos mais recorrentes no arquivo;

- d) elaboração de cronologia com base na documentação e em fontes bibliográficas;
- e) pesquisa em fontes bibliográficas sobre os personagens, os eventos e os fatos históricos recorrentes no acervo;
- f) entrevistas com membros do MJDH e com personagens da história da instituição, através do Projeto Marcas da Memória;
- g) construção do quadro de arranjo.

De importante conteúdo no que se refere às ações do Movimento e Justiça e Direitos Humanos e das Ditaduras Militares no Cone Sul, as Oitivas de familiares de Uruguaios Desaparecidos forneceram amplo auxílio para a construção do contexto arquivístico da instituição. Utilizada como produto de uma análise, sua descrição pode ser encontrada no anexo deste trabalho. A descrição deste item documental é visto no anexo C deste trabalho.

A importância desta item documental, e a sua procura por pesquisadores fizeram com que se optasse pela elaboração de um catálogo, seguindo uma descrição analítica para a sua disponibilização e consulta. Antonia Heredia (1991) o define como:

Catálogo es el instrumento que describe ordenadamente y de forma individualizada las piezas documentales o las unidades archivísticas de una serie o de un conjunto documental que guardan entre ellas una relación o unidad tipológica, temática o institucional. (p.360)

Ainda segundo a autora, o catálogo não é um substituto da informação total do documento, por isso o volume de dados dos resumos não pode ser excessivo (1991, p.360).

O catálogo geralmente é utilizado em descrições de unidades ou itens documentais, em resposta aos interesses relativos à política da instituição ou à demanda de pesquisa – determinado esse valor, fica justificada sua elaboração.

As oitivas de familiares de uruguaios desaparecidos possuem um valor histórico inestimável para entender, sob o ponto de vista das vítimas, o que foram as ditaduras militares na América Latina.

O catálogo analítico imprime uma possibilidade maior de demonstrar o instrumento de pesquisa como produção de conhecimento. A relevância do valor

histórico desses itens documentais faz com que o arquivista possa elaborar uma pesquisa minuciosa sobre determinado tema, e sendo o item documental uma composição de uma série e de um fundo, maior será a compreensão do arquivo e do contexto ao qual ele faz parte.

No período repressivo, a ONU, através de sua subcomissão de Direitos Humanos, propôs a realização de audiências para as oitivas de familiares de desaparecidos uruguaios, ao preocupar-se com as violações aos Direitos do Homem pelas ditaduras do Conesul.

Em setembro de 1979, a OEA (Organização dos Estados Americanos) enviou funcionários a Buenos Aires, a fim de investigar e inspecionar o Estado buscando denúncias dos crimes cometidos por este contra cidadãos comuns que conforme Eric Nepomuceno, em seu artigo na revista Carta Maior:

Imunes a tudo isso, na porta do prédio onde funcionava a representação da OEA, na Avenida de Mayo, havia filas de gente disposta a falar, apesar dos riscos, apesar do medo. Na verdade, desde 1975 a OEA recebia denúncias de violações dos direitos fundamentais. Mas depois do golpe de março de 1976, essas denúncias viraram uma torrente. (2011, documento on-line.¹³)

Ainda segundo este autor, foram 15 dias de audiências, totalizando 65 caixas-arquivo de oitivas. O relatório foi finalizado em abril de 1980 e proibido de circular na Argentina, sob imposição do regime ditatorial. Mesmo antes de iniciar a investigação, a OEA encontrou empecilhos para realizá-la, com forte campanha do Estado e seus aliados, como setores da Igreja Católica e empresas de comunicação.

Essa campanha resultou em repercussão negativa para a ditadura argentina, fazendo com que a regime uruguaio não aceitasse o pedido da OEA para fazer um processo igual em seu território. No entanto, a investigação na Argentina já havia registrado denúncias de parentes de desaparecidos políticos uruguaios, e a OEA fez com que a existência de desaparecidos uruguaios e a negativa do regime militar de realizar as oitivas em solo uruguaio se tornasse amplamente conhecida, chamando a atenção de outras entidades de luta pelos Direitos Humanos.

¹³ NEPOMUCENO, Eric. A memória encaixotada sai das trevas. **Carta Maior**, São Paulo, 29 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19096>. Acesso em: 03 jun. 2012.

Nessa mesma conjuntura, foi criada em Paris a A.F.U.DE. (Agrupación de Familiares de Uruguayos Desaparecidos), uma associação semelhante à da *Madres da Plaza de Mayo*, o que proporcionou maior organização na busca e maior registro de denúncias de desaparecimentos políticos uruguaios.

Tamanha repercussão chamou a atenção da Subcomissão de Direitos Humanos da ONU, que através da A.F.U.DE. negociou a oitiva desses familiares de uruguaios desaparecidos, com audiências a serem realizadas no Brasil, que nesse momento vivia sua fase de “transição democrática”.

Segundo Roberta Medeiros (2010), o primeiro contato foi feito com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Porém, a distância entre Montevideo e o Rio de Janeiro impossibilitava a realização do processo devido ao custo da ação. Assim, foi decidido que as oitivas seriam realizadas em Porto Alegre. Cinco mães de desaparecidos ainda foram ouvidas na sede do Conselho Federal da OAB, com a presença de autoridades representantes da Pax Romana, do MJDH, da Associação Latino Americana de Advogados pelos Direitos Humanos, entre outras. Conforme a autora:

Os demais familiares de desaparecidos foram ouvidos em Porto Alegre, na presença das autoridades internacionais acima mencionadas, da diretoria do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, além do desembargador Celso Franco Gaiger e dos advogados Luis Goulart, Mara Loguércio e Nora Tatsch. Após as oitivas, Jair Krischke, em nome do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, fez a entrega de toda a documentação ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que remeteu à Subcomissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (MEDEIROS, 2010, p.35)

A seqüência de oitivas e o andamento do processo fizeram com que 130 casos de desaparecidos uruguaios fossem conhecidos e investigados e aliado a isso, escancarou a tensão vivida no território uruguaio sob a égide do regime militar. Além disso, a operação ter sido realizada em Porto Alegre facilitou sua realização, pela proximidade com o Uruguai, e deu mais base para a luta da A.F.U.DE., que ganhou novos membros, pois muitos familiares se conheceram através da oitiva no Brasil.

Michael Cook (2007b, p. 126) enfatiza a importância do aspecto da pesquisa no processo descritivo:

[...] há muito que afirmo que a pesquisa é uma característica fundamental de nosso trabalho profissional. Mas, geralmente, essa pesquisa tem sido

direcionada para a análise da estrutura e dos métodos da organização produtora dos documentos, ao invés de ser voltada para a produção de um instrumento de pesquisa. Se adotarmos o último ponto de vista (uma idéia relativamente nova), podemos rapidamente ver que nossa pesquisa pode ser conduzida de forma útil – de fato necessária – para criar o que Mc Neil chama de ‘texto cultural’. Nossas descrições são interpretativas, e não simplesmente sistemas neutros de indicativos.

Para ele, algo deveria ter sido pensado, no que se refere às discussões sobre descrição arquivística, para a inclusão de resultados de pesquisa visando a interpretação de materiais, e não somente às referências de produção e transmissão de dados. Quando cita Mc Neil (2007),¹⁴ dizendo que o trabalho de descrição, finalizado com um instrumento de pesquisa é visto como um texto cultural, se refere a que os arquivistas neste trabalho fazem tanto um trabalho de pesquisa quanto de interpretação.

Em uma atividade descritiva, o arquivista deve analisar as políticas que envolvem a instituição, que vão interferir significativamente nos aspectos técnicos no momento da organização e da escolha da metodologia a ser seguida. Deve-se pesquisar a missão à qual a instituição tem por fim e quais seus meio e objetivos para chegar até eles e as características individuais do acervo quanto à sua natureza e restrições. Diante disso, a pesquisa se volta para a metodologia, que envolve a pesquisa do contexto da produção do arquivo, o nível do detalhamento da descrição potencial informacional do acervo, o perfil do usuário da instituição e o grau de exaustividade dos instrumentos de pesquisa. (VELLOSO, 2010).

Mesmo que a descrição esteja sendo objeto de esforços de padronização devido ao advento de novas tecnologias, o arquivista deve se perceber como produtor intelectual de fontes de pesquisa, e atentar para o possível engessamento do processo descritivo nos padrões moduladores (VELLOSO, 2010) das normas vigentes, denegrindo, assim, a natureza do material descrito e o instrumento de pesquisa. Bellotto (2007, p. 174) acredita que:

[...] os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa ao como e ao aonde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico, é a localização dos testemunhos. Para tanto, farão o seu papel as referências documentais em trabalhos publicados, o “colégio invisível” e o próprio conhecimento dos arquivos: as diferentes tipologias das instituições já

¹⁴MC NEIL. Heather. Recent Trends in archival description: the finding aid as cultural text. **Paper to the ARMEeN workshop**. Londres: University College London, 2007, *apud* COOK, 2007b.

definem as espécies documentais que guardam e possibilitam desenhar o perfil das informações contidas. Ir da análise crítica do material documentário até a síntese e a interpretação é o caminho a seguir.

Nesse paradigma, o uso de outras fontes que contemplem e completem o material documentário possibilitam a reconstrução do contexto arquivístico e a ampliação da descrição documental.

Segundo o Professor Jorge Vivar, a principal metodologia empregada na pesquisa e reconstrução do contexto dos documentos do acervo do MJDH – além da pesquisa na própria documentação e no acervo bibliográfico - foi a de História Oral. Na entrevista concedida, ele diz que:

Para a organização do acervo evidentemente nós utilizamos a metodologia da História Oral. Entrevistamos os atores dessa história do Movimento que, evidentemente os que se conseguiram localizar. [...] a partir desses depoimentos passou-se entender essa documentação e sua informação e, na medida em que procedia com sua organização, solicitávamos a presença deles quando as dúvidas faziam-se presentes. Exemplos: de repente nos deparávamos com um pedaço de folha escrita com anotações que continham informações aparentemente insignificantes e inorgânicas, entre aspas não? Porém esse pedaço de papel junto a outro documento e a informação do depoente, legitimava a informação. A partir daí optamos por não eliminar absolutamente nada, e sim encontrar a organicidade dos documentos e o significado disto e, evidentemente para isto, tínhamos que trabalhar em conjunto com os produtores. Neste caso, muito nos ajudou Jair Krischke, quase nesse processo todo, quase que diariamente...desde o início. Diria que esta foi a metodologia adotada. Claro, evidentemente que somada e esta, foi necessária a pesquisa em fontes bibliográficas, procurando encontrar diferentes significados e aprendizados relacionados aos direitos humanos, ditaduras, história recente, terrorismo de Estado no Mercosul, bibliografia a respeito disto...tudo o que a gente encontrasse. Muito útil nos foi o próprio acervo bibliográfico que se tem lá. Muitas teses, dissertações em fim, muitas indicações a respeito deste período. (VIVAR, 2012)

O uso da História Oral é usado como mecanismo de resgate de possíveis esquecimentos dentro da pesquisa arquivística, de ver o contexto ao qual o documento ou o acervo pertence, sob outro ponto de vista. Para Favier *et. al.* (2003, p; 48),

Nuestra época, sin embargo, ha agregado a los archivos que yo calificaria como espontáneamente formados, los archivos orales, que son creados de manera deliberada. Aquí nos encontramos con la memoria. Su interés radica en que permiten conservar un rastro de testimonios de gente que nunca ha escrito ni escribirá nada, por ejemplo, las confidencias de un ex diplomático que no tiene la intención de escribir sus memorias, pero que puede aportar mucho respecto a los pormenores de una negociación o sobre la evolución del ámbito en que trabajó, o los recuerdos de un antiguo

artesano ou obrero atinentes a una herramienta que inventó o a un oficio que desempeñó y que ahora ya no existe, o, en fin, las apreciaciones de un particular respecto a un cima social que él conoció bien. El término “archivo” quizá no sea del todo exacto en estos casos, pero tales ‘archivos orales’ llenan ostensibles vacíos de los archivos escritos.

O uso de fontes orais, como as oitivas descritas, é uma ferramenta que amplia as perspectivas de reconhecimento do contexto ao qual o documento está inserido e fornece revelações de: “[...] diferentes histórias, identidades e memórias de uma sociedade, de uma época histórica” (ALBERTI, 2005), assim:

Ainda sobre a metodologia, é necessário ter clareza de que a fonte histórica é um produto social, é o arranjo que uma sociedade fez do que foi capaz de produzir materialmente sobre sua organização, ou desorganização. É o que foi eleito, selecionado para ser mostrado à posteridade. Se entendermos que assim ocorreu como uma documentação escrita, com as chamadas ‘fontes primárias’, é possível fazer o mesmo com a ajuda da oralidade, sem a pretensão de se eximir de subjetividade, e ainda, sem temer a falta de legitimidade dessa fonte. (BOBSIN, 2011, p.16)

Bobsin (2011) ainda fala sobre o uso da História Oral que, como qualquer metodologia, requer alguns cuidados e, ao utilizá-la deve-se atentar ao fato de que o testemunho não é um caminho direto para chegar aos fatos históricos, por isso, como qualquer outro tipo de fonte, deve ser interpretado e analisado, para assim podermos fazer nossas análises.

Assim, na História Oral resultam narrativas dos protagonistas, que assumem a condição de fontes à pesquisa histórica, e dentro da Arquivologia permite que o arquivista conheça profundamente o arquivo em que está trabalhando, no que diz respeito ao seu acervo e ao contexto ao qual se insere.

Outro aspecto salientado na questão do processo descritivo como produção de conhecimento é a visão crítica do arquivista ao pesquisar e elaborar uma descrição arquivística.

Cook e Schwartz (2004) ressaltam que por muito tempo o arquivista era considerado e se considerava como neutro, objetivo e imparcial – onde apenas recebiam documentos de entidades e disponibilizavam ao pesquisador. Não imprimia o seu trabalho de construção do acervo e sua visão de mundo em relação ao contexto histórico do arquivo. Em seu artigo “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”, os autores apontam a tomada de consciência dos arquivistas sobre a reflexão crítica nos acervos documentais. Para eles:

Os arquivos – como registros – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva e da identidade nacional, sobre como nós nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedade. E, por fim, na busca de suas responsabilidades profissionais, os arquivistas – como gestores de arquivos o detêm o poder sobre os próprios documentos essenciais à formação da memória e da identidade, por meio da gestão ativa dos registros antes deles se tornarem arquivos, de sua avaliação e seleção como arquivos e, posteriormente, de sua descrição, preservação e uso em permanente evolução enquanto fonte histórica. (COOK; SCHWARTZ, 2004, p.15).

Na análise feita nas descrições das oitavas de familiares de uruguaios desaparecidos na ditadura militar podemos ver essa idéia refletida. O grupo de trabalho formado pelos Arquivistas sem Fronteiras (AsF) estava em pleno acordo com a história e política do MJDH – este, defensor dos direitos humanos e principalmente, denunciante das violações cometidas pelo Estado durante a ditadura militar na América Latina. Dessa forma, o processo de descrição arquivística para a difusão do acervo é uma forma de representação da história contida dentro dos documentos e de seu contexto de criação.

A reconstrução do contexto arquivístico através da organização do acervo, a análise dos documentos, a pesquisa feita interna e externamente através da história oral, o posicionamento do arquivista ao refletir sobre o contexto onde os documentos foram criados, e a escolha de uma metodologia de trabalho própria da Arquivologia, isso tudo converge para que haja uma descrição arquivística bem fundamentada, que represente o contexto histórico do acervo, o contexto de origem dos documentos e as atividades que levaram à sua criação, tornando-se, dessa forma, uma produção de conhecimento arquivístico, facilitando o entendimento do que é o arquivo e todo o seu conteúdo informacional.

Nesse sentido, o capítulo seguinte retoma a discussão da normatização da descrição arquivística, e aborda suas conseqüências para a elaboração de um trabalho amplo e contextualizado historicamente, buscando soluções na pesquisa e na participação do arquivista como produtor de conhecimento.

4 CONCLUSÃO

A sequência das seções deste trabalho pretendeu demonstrar a forma como a normatização da descrição arquivística é vista pela literatura arquivística através de diferentes autores, e a forma como ela foi pensada dentro da organização de um acervo de uma instituição de direitos humanos. A discussão que se pretende fazer neste capítulo é a da necessidade de que os processos descritivos sejam mais amplos e contextualizados, trazendo à tona a questão da padronização das informações a serem difundidas.

A descrição arquivística tem sido tratada de forma reduzida em relação ao que ela significa dentro de um trabalho de arquivo, pois nas décadas em que ela foi discutida em busca de normatização, ela foi identificada com o preenchimento de campos padronizados visando a disponibilização imediata dos documentos.

Esse processo de padronização da descrição arquivística pode levar à simplificação do trabalho do arquivista, tornando-o meramente técnico. Essa questão é abordada pelos diversos autores, que trazem à tona a preocupação com a separação do trabalho intelectual de pesquisa no processo descritivo da elaboração dos meios de acesso à documentação pelo usuário. Isso traz diversos problemas como: a simplificação da descrição como um trabalho técnico do arquivista, sem a fundamentação teórica que lhe é pertinente; a redução do trabalho descritivo a um resumo falho dos dados documentais e as lacunas decorrentes de um procedimento estanque, que pode levar à incompreensão do material descrito por parte do usuário.

Como já foi dito, a descrição arquivística se aproxima das normas da Biblioteconomia, com objetivos sintéticos e pontuais, subtraindo da atividade descritiva a função intelectual do arquivista - a pesquisa e interpretação dos documentos. A pesquisa e a interpretação tem a finalidade não só de possibilitar o acesso às informações pelos usuários, mas tornar a documentação um complemento para a fonte de pesquisa, ou seja, produzir conhecimento através do processo descritivo, buscando o contexto dos documentos, a sua relação com o meio em que foi produzido e ao seu processo de criação.

Duas importantes teorias foram usadas para a reflexão deste trabalho. A primeira é a noção da abordagem pós-custodial sobre a reformulação do princípio da proveniência, onde ele não é mais diretamente ligado à manutenção da integridade

física dos fundos, e sim na busca e análise funcional dos contextos e processos de criação dos documentos. Essa noção auxiliou a abordagem do tema, pois as características de acervos de organizações sociais, como o Movimento de Justiça e Direitos Humanos vão além da mera acumulação de documentos e sua organicidade está baseada nas ações e atividades em que esta instituição promoveu e participou.

A outra teoria utilizada para o auxílio da reflexão do tema foi a de Terry Cook e Joan Schwartz (2004) sobre Arquivos e Poder. Neste trabalho, os autores enfatizam a importância da reflexão crítica do arquivista ao aplicar a metodologia arquivística no trabalho do acervo. Através dessa idéia, conclui-se que um trabalho no acervo tido como neutro, objetivo e imparcial interfere significativamente na elaboração da descrição arquivística, pois seu resultado se torna simplificado, técnico, indeterminando a relação dos documentos com o seu contexto histórico e sua função social. Aqui, o arquivista não se configura como neutro e imparcial – onde deixa de colocar sua reflexão crítica no corpo de seu trabalho - e sim, é visto como produtor de conhecimento, o sujeito que interfere nos arquivos determinando o modo como este vai se dar a conhecer pela sociedade.

Se nós estamos pensando a descrição arquivística como produção de conhecimento, existe a necessidade de que os processos descritivos sejam mais amplos e contextualizados historicamente, e que não se restrinjam à compilações técnicas destituídas de sentido. Sendo assim, o arquivista é o pesquisador primeiro do arquivo, e deve reconhecer as especificidades dos mesmos, contextualizar o acervo e torná-lo visível para a sociedade por meio da descrição.

Diante da análise do trabalho feito para o arranjo e descrição do acervo do MJDH, foi importante perceber a forma e a metodologia de trabalho escolhida pelos Arquivistas sem Fronteiras nesta intervenção. De características singulares, pois se tratava de um arquivo privado de uma organização social que desenvolveu seu trabalho em ações na defesa dos direitos humanos, os arquivistas tiveram dificuldades em perceber as relações entre os documentos, os personagens identificados neles e as atividades às quais eles faziam parte. A partir disso, o exercício de identificação dessas relações proporcionou a busca por uma metodologia arquivística que esclarecesse a organicidade dos documentos, e a utilização de métodos combinados de pesquisa, para que fosse possível obter, no momento de sua descrição, a representação da complexidade do conteúdo deste acervo. Assim, a pesquisa do contexto histórico da atuação do Movimento de Justiça

e Direitos Humanos, passou pela interpretação do quadro de arranjo, pela análise dos documentos e da busca de suas relações, além da pesquisa bibliográfica sobre os principais conceitos que moveram a instituição à atuar em prol de seus objetivos. Aliada à pesquisa bibliográfica, o uso da metodologia de História Oral foi determinante para que os documentos fossem entendidos como um conjunto documental, além de proporcionar ao trabalho de arranjo e descrição a interpretação do lugar que os documentos ocupam nas ações de defesa dos direitos humanos.

Consequentemente, o arcabouço teórico que a pesquisa traz ao trabalho de arranjo e descrição, fornece ao arquivista um amplo conhecimento dessas relações entre os documentos e seus personagens, e assim, possibilita a inclusão de sua reflexão crítica em relação ao contexto histórico do arquivo, levando em consideração a função social da instituição e os usuários do mesmo.

De outra maneira, a simplificação da descrição, restringida ao preenchimento dos campos requeridos nas normas, não reconhece o trabalho de pesquisa realizado pelo arquivista. As normas existem para a utilização desses campos para a localização de documentos, mas são apenas um dos produtos no desenvolvimento da atividade descritiva.

Como vemos, a organização de um acervo arquivístico fundamentado através da busca por fontes de pesquisa que possam embasar a escolha de uma metodologia arquivística, além da percepção do arquivista como pesquisador e produtor de conhecimento, trazem a possibilidade de elaborar um programa de descrição arquivística amplo e contextualizado historicamente, onde o usuário, ao se utilizar deste produto para o acesso à informação, encontrará não só a localização desta, mas também seu sentido enquanto informação pertencente ao arquivo que a abriga.

No arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, é possível perceber e demonstrar ao usuário o acervo como marco interpretativo das ditaduras do Cone Sul, contendo uma memória emblemática com os objetivos de legitimar a história das pessoas afetadas pelo regime de repressão e conscientizar a sociedade a razão da luta por verdade e justiça.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: história dentro da história. In: PINSKI, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos Privados. **Fundo Floriano Peixoto – (Q6)**: inventário sumário dos documentos textuais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/2010/floriano_peixoto_2010_jul.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos Privados. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005, Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012, p.67-135.

BELLOTTO, Heloisa. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BOBSIN, Milene. **A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marcas da Memória (Brasil 1964-1985)**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História: Licenciatura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CONARQ. **Movimento de Justiça e Direitos Humanos**. 1979. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=671&sid=105&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Norma ISAD (G)**: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed.. Rio de Janeiro, 2000, p. 11

COOK, Michael. Por que precisamos de normas? **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007a.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 125-132, jan./dez. 2007b.

COOK, Terry. SCHWARTZ, Joan. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Indaiatuba, v. 3 n.3, p.15-30, jul. 2004. Disponível em:
<http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_3.pdf>. Acesso em: 28 maio 2012.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.

FAVIER, Jean *et. al.* Memória y archivos. In: RICOEUR, Paul. **Por qué recordar?** Barcelona: Granica, 2003.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/312/278>>. Acesso em: 28 maio 2012.

HEREDIA, Antonia. **Archivística general: teoria y practica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2001.

JELIN, Elizabeth; CATELA, Ludmila da S. **Los archivos de la represión: Documentos, memória y verdad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr., 2001.

MEMORIA ABIERTA. Catálogo. 2009. Disponível em:
<<http://www.memoriaabierta.org.ar/bases/opac/>>. Acesso em: 03 jun. 2012

NEPOMUCENO, Eric. A memória encaixotada sai das trevas. **Carta Maior**, São Paulo, 29 nov. 2011. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19096>. Acesso em: 03 jun. 2012.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Tradução de Manuel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: UNB, 2003, p. 257.

TOGNOLI, Natália B. GUIMARÃES, José Augusto C. Arquivística Pós-Moderna, Diplomática Arquivística e Arquivística Integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Comunicação Oral**. Rio de Janeiro: IBICT/MCT, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/download/249/215> > Acesso em: 14 nov. 2012.

TOGNOLI, Natália B. A Arquivística Funcional e sua contribuição para o desenvolvimento de uma disciplina contemporânea. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 19-35, 2012. Disponível em: <http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/download/280/pdf_1>. Acesso em: 12 nov. 2012.

VIVAR, Jorge. O acervo do MJDH. [2012]. Porto Alegre. Entrevista concedida para este trabalho.

VELLOSO, Lucia Maria. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo de arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

**ANEXO A- SÉRIE 3 DENTRO DO QUADRO DE ARRANJO DO ACERVO
DO MJDH**



QUADRO DE ARRANJO MJDH

Código	TÍTULO	Nível	CAIXA
01	ADMINISTRAÇÃO & ORGANIZAÇÃO - MJDH	SÉRIE	
01.1	Documentação Constitutiva	Sub serie	01
01.2	Gestão Administrativa	Sub serie	02
01.3	Gestão Financeiro e Contável	Sub serie	04
01.4	Recursos Humanos (registros emprego) Gestão Administrativa	Sub serie	06
01.5	Política Institucional		06
02	PROMOÇÃO E INTERVENÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	SÉRIE	
02.1	Segurança Pública	Sub serie	Cx.01
02.2	Setor público e privado		Cx.04
02.3	Crianças e Adolescentes	Sub serie	
02.4	Discriminação Social	Sub serie	Cx.06
02.5	Condições de Trabalho	Sub serie	Cx.12
02.6	Ações de Cooperação e Intercâmbio	Sub serie	Cx.13
02.7	Conflitos pela "Posse"	Sub serie	Cx.14
02.8	Meio Ambiente	Sub serie	Cx.17
02.9	Violação de Direitos Humanos no Exterior		
02.10	Educação	Sub serie	Cx.18
02.11	Direitos Humanos em Geral		Cx.19
02.12	Processos Judiciais	Sub serie	Cx.21

Fonte: ASF, 2012.

03	<i>TERRORISMO DE ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA - CONE SUL</i>	SERIE	
03.1	Repressão/ Prisão /Tortura	Sub serie	Cx.01

03.2	Sequestro - Morte e Desaparecimento de Pessoas	Sub serie	Cx.11
03.2.4	Organizações Sociais – Mortos e desaparecidos		
03.3	Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH		Cx.17
03.4	Correspondência de vítimas e familiares ao MJDH	Sub serie	
03.5	Operação Condor		
03.6	Intercâmbio / colaboração/participação - com organizações sociais		Cx.19
03.7	Exílio e Refúgio	subserie	Cx.20
04	PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO CONE SUL		Cx.23
04.1	Distensão política no Brasil		
04.2	Repressão e violência		
04.3	Anistia		Cx.24
04.4	Transição democrática		
04.5	Abertura dos arquivos		Cx.25
04.6	Memórias, manifestos, entrevistas e análises		
04.7	Reparação e indenização de vítimas		
05	<i>PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO DO MJDH</i>	SERIE	
05.1	Trabalhos premiados		
05.2	Trabalhos apresentados não premiados		
06	<i>RECORTES DE JORNAIS</i>	SERIE	
06.1	<i>ADMINISTRAÇÃO & ORGANIZAÇÃO - MJDH</i>		
06.2	<i>PROMOÇÃO E INTERVENÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS</i>		
06.3	<i>TERRORISMO DE ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA - CONE SUL</i>		
06.4	PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO		

	CONE SUL		
06.5	<i>PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO DO MJDH</i>		
07	<i>ACERVO FOTOGRÁFICO E AUDIVISUAL</i>	SERIE	

Fonte: AsF

Projeto de Organização do Acervo do Movimentos de Justiça e Direitos Humanos
Coordenação e elaboração Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

ANEXO B: ENTREVISTA COM O ARQUIVISTA JORGE VIVAR: O ACERVO DO MJDH

Hoje é 31 de outubro de 2012 e vamos iniciar a entrevista com o professor Jorge Vivar, coordenador do projeto de organização do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, um projeto de extensão da UFRGS com a entidade Arquivistas Sem Fronteiras.

Anna Luiza (AL): Professor Jorge, eu gostaria de saber um pouco da história do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, como foram acumulados os documentos, por quem foram produzidos e por que fazem parte desse acervo?

Jorge Vivar (JV): para falar do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), acho que tenho que contar os antecedentes, de como se chega até essa documentação e a partir de que momento há um interesse por resgatar, porque na verdade foi isso, um resgate do acervo do Movimento. E lá em 2005, 2003 se realizaram os primeiros Fóruns Sociais não é? 2001 a 2005 aqui em Porto Alegre e houve um tema que se tratou lá né, houve espaço para tratar desta questão dos arquivos das ditaduras militares, daqui do Cone Sul, associada à questão dos Direitos Humanos, né? Então, em 2005 houve um projeto apresentado pelo Arquivistas Sem Fronteiras (ASF), que consta em sua página né, esse projeto visava resgatar, era assim o título né, resgatar os acervos das ditaduras militares no Cone Sul, e a partir daí se objetivou fazer uma pesquisa em que acervos poderiam ser resgatados ou que acervos poderiam ser descritos, para que formassem parte desse banco de dados ou dessa linha que a princípio queria ou se propunha a fazer o ASF Internacional.

Bueno, isso associado evidentemente à minha pesquisa, naquele momento, eu fazia lá né, o doutorado, também associado a esse tema, comecei a indagar que acervos, embora a gente já soubesse, que acervos poderiam contribuir também para complementar os estudos deste tema aqui, principalmente no Rio Grande do Sul.

Eu conhecia a atividade desse Movimento né, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, e sabia da sua história enquanto defesa, enquanto intervenção na defesa de promoções de direitos humanos aqui no Estado do Rio Grande do Sul, isso eu sabia, conhecia...conhecia através de outra colega de Santa Maria, a professora, colega Maria Cecília Pinto Pires. E sabíamos que existia, que houve muitas intervenções do Movimento quanto à defesa dos direitos humanos, e principalmente, que ele participou ativamente quando do seqüestro dos uruguaios Universindo Diaz, já falecido lamentavelmente, e a Lílian Celiberti. Evidente que essa documentação interessava saber o que aconteceu, o que foi, enfim, e lá em 2008 foram feitas as primeiras tratativas né, com aquele então Conselheiro do MJDH, Jair Krischke... A gente chegou muito mais como Arquivistas Sem Fronteiras do que como pesquisa, para saber da possibilidade...primeiro, nem saber da possibilidade, mas saber se existia acervo ou não, que documentos existiam. Evidentemente nós tínhamos a referência que ali tinha um acervo bastante considerável não em tamanho, mas sim em importância de informação, isso a gente sabia. Só não sabíamos exatamente em que condições estavam, se existia efetivamente e assim por diante.

Bueno, quando chegamos lá no Movimento, marcamos uma hora com Jair Krischke, foi lá em novembro de 2009 não é... não... 2008, novembro de 2008, levamos um

susto, porque havia uma quantidade enorme de documentos que estavam, a ver, quase que depositados como lixo, literalmente né, eu acho que tu tens algumas fotos...

AL: eu conheci, eu vi...

JV: Foi isto, foi a primeira coisa que fiz foi registrar as condições em que estava esse acervo e literalmente eram documentos que em algum momento iriam ser eliminados, por força das próprias circunstâncias, enquanto espaço físico, enquanto a impossibilidade e a situação pela qual atravessava o Movimento, bastante precária, em termos econômicos e ??? havia uma série de questões que começaram a nos preocupar e acelerar qualquer tentativa de propor da gente resgatar esse arquivo.

Aí conversamos com o Jair, primeiro queríamos saber que documentação se tinha né, evidentemente que era uma documentação rica, rica pelo menos no momento em que não se conhecia aqui no Brasil, embora fossem cópias de documentos de acervos de arquivos históricos e de arquivos de outros países né, do Chile, do Paraguai, do Uruguai, da Argentina, enfim, e documentos evidentemente do Movimento. Tivemos acesso a alguns documentos meio que propositalmente, que foram colocados à disposição nossa né...

AL: Ele (Jair) já tinha essa vontade de que se organizasse o acervo?

JV: Sim, ele já tinha essa vontade. Algumas vezes ele tentou, procurou eu não sei quais arquivistas ou associação enfim, se procurou daqui, nunca deram bola pra ele né. Ele estava meio receoso e também meio desconfiado... e também porque ??? documentos tinham grau de sigilo, são documentos sensíveis em alguns casos...hoje não, hoje são liberados por força da lei de acesso à informação e o que mais, naquele momento não existia todo esse cuidado, assim, toda essa liberdade, então havia toda uma restrição quanto ao acesso a essa informação, acesso a essas documentos e um pouco eu diria que a própria desconfiança de quem dirigia essa instituição né... “esses documentos são meus.” Sabe? Ninguém entra, enfim, que é muito típico para vocês que são estudantes de Arquivologia se depararem com essa realidade, né, principalmente quando você trata de determinados acervos como esse. A gente tem que ir com muita cautela, com muito tato, com muito tino. Com um bom papo, para poder convencer de qual é nossa intenção, de que é, enfim, de resgatar os acervos, de que a gente não estava aí por uma questão de interesse particular, seja de ordem acadêmica ou financeira, não, que era realmente uma proposta de resgatar esses acervos, visto que estes são os fins da organização a qual eu pertença também, mesmo sendo ??? eu pertença ao ASF, faço parte da diretoria... E aí ele se sensibilizou, ficou de pensar, pensou 2 meses... em 2009, no início de 2009, ele nos ligou, mandou email e tal, e que gostaria de conversar conosco e tal. Foi quando aí nós, do ASF Internacional solicitamos apoio, ajuda, enfim de recursos financeiros... Facilitaram pouquíssimos, poucos recursos financeiros, nada... havia um projeto considerável, evidentemente que se precisava. E aí sim, nós fizemos um ??? e começamos a descobrir que hoje tu conheces, um acervo eu diria um pouco referência, pela sua particularidade, sua especificidade enquanto informação, enquanto suportes, enquanto ação de organizações sociais de direitos humanos.

Bom essa é um pouco a historinha de como que a gente chegou, como começou...

AL: a intervenção do ASF?

JV: Claro, evidentemente aí nós constituímos um grupo de alunos tanto da Arquivologia quanto da História, tiveram vários professores que passaram, Alexandre Veiga que também nos ajudou, a própria Valéria Bertotti, hoje na Universidade...[AL: Rio Grande] muito pouco mas também teve essa boa vontade. Quem nos ajudou muito foi a professora Roberta, hoje a professora Roberta Medeiros, naquela época minha aluna, ela sim nos ajudou muito... eu me lembro que no verão, naquele calor em Porto Alegre, quase 40°C e nós metidos em uma sala sem ar condicionado e suja, sem condições, arrumando os papezinhos... o que vocês vêem hoje aí é maravilhoso. Vocês estão aproveitando né...nós saíamos dali para tomar banho direto.

E aí começou a se organizar esse acervo. Começou-se na verdade a descobrir o que havia né, de informação.

AL: E aí depois que começou a ser organizado, se viu da onde vinham os documentos, talvez com entrevistas com os membros do Movimento. Quem produziu, como foram acumulados?

JV: Sim, uma das primeiras questões que a gente faz quando se depara com estes acervos, evidentemente, é o processo de higienização. Depois sim, tentar entender os documentos. O que significa isto: saber a sua origem, saber o que gerou estes documentos, porque estavam aí...havia documentos sem sentido, documento lá, um informe da polícia de inteligência de Buenos Aires. O que está fazendo este documento? De repente, outro informe de inteligência do exército chileno...assim, fichas de fulano lá do paraguai...segmento de documento de desaparecidos uruguaios...bom, documentos aqui dos casos emblemáticos, da Operação Condor no Brasil, documentos também simbólicos no sentido da repressão, da tortura, da prisão, da perseguição aqui, das lideranças políticas, sociais, acadêmicas, estudantis, sindicais, enfim, documentos que aparentemente não tinham sentido até que a gente não apenas deu sentido, mas descobrir o sentido, sim, e a organicidade desses acervos para poder estabelecer um primeiro esboço do que seria um quadro de arranjo que permitisse fazer a classificação. Mas evidente que para isso nós entrevistamos vários membros do MJDH, aquele então conselheiro, hoje presidente, Jair Krischke, o presidente, que era o Daniel ????, Cecília Pinto Pires, que foi membro fundadora do Movimento, Omar Ferri, assim, nós conversamos com vários daqueles que foram seus integrantes né... para poder entender esses documentos e daí fazendo um *listado* de assunto, de tema, de pessoas, enfim, e isso que digo, entender essa documentação. Aí começamos com um primeiro esboço de documentação que não foi fácil, evidentemente, porque uma ONG, uma organização privada né, sem fins de lucro, enfim, constituída nas primeiras legislações de ONG's, e estudar seus estatutos...aparentemente fácil, mas na prática né...descobrir que funções e que atividades fazia esse Movimento [AL: fora do estatuto] JV: fora, claro, fora do estatuto ou não, não fazia nada do estatuto e fazia outras coisas que não estavam no estatuto...então, não foi fácil! A gente foi estruturando um cronológico que era da própria instituição né, desde sua fundação ????, cronológico, com referências a cada ano, a cada dois anos dos acontecimentos do Movimento para poder ir entendendo a documentação. A documentação, correspondência do Movimento

com organizações sociais argentinas, uruguaias...até porque o acionar dele foi muito aqui no Cone Sul.

Bueno e aí começamos a organizar né...*devagarito, devagarito*...esse trabalho demorou dois anos e pouco. Até o ano passado que se concluiu o quadro de arranjo daquilo que hoje tu conhece.

AL: E a série Terrorismo de Estado no Período da Ditadura no Cone Sul?

JV: Bom e aí houve 18 versões de quadros de arranjo né. Eu sempre digo aos alunos que os quadros e arranjo são dinâmicos, principalmente nestes tipos de acervos que a gente começa do zero. Houve 18 versões desse quadro até que foi arquivado o último documento, sim? E aí nós definimos, está definido o quadro de arranjo. Bem, ou seja, dessas versões já tivemos 22 séries documentais, grandes séries, dentro dessa edição do fundo que seria o Movimento de Justiça e Direitos Humanos. E hoje nós ficamos com 6 [séries]. A gente foi restringindo, racionalizando até pela própria quantidade de documentos.

Então nós temos a primeira série que, como todo quadro de arranjo, como todo fundo tem uma série que se chama “organização e administração”, que reflete as atividades administrativas dele, enfim, os estatutos, os regimentos, a fundação, as atas, relatórios, atividades e aquelas coisas importantes..os recursos humanos que trabalharam, as políticas institucionais deles como organismo de direitos humanos.

Tem uma outra série que se chama, que nós denominamos assim, “promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos”, essa foi uma outra série na qual criamos várias subséries para classificar os documentos provenientes – não das funções – mas sim das ações do Movimento. Funções nós sempre pensamos que decorrem de um estatuto, de um regimento, de um regulamento...Não! nesse caso, no estatuto as funções eram bem genéricas... Mas sim as ações nas quais ele participava. E ele participou em tudo o que se pode chamar de defesa dos direitos humanos, em tudo, em tudo... na intervenção, na delação dos direitos humanos por parte dos organismos do Estado, encarregados da segurança pública, com os excessos, com a violência policial, com a violência, o exagero, do abuso de poder...com os abusos em algum momento naquele período da ditadura, os abuso e as violações dos direitos humanos dentro do setor privado também, com perseguição a sindicalistas... nos setores privados se algum representante de sindicato era perseguido, era demitido... e aí o Movimento intervia para defender seus direitos, aquelas questões... como também se envolve também nas defesa das crianças no caso do seqüestro, o seqüestro do Wu Chi que era aquele menino que foi levado para a Coréia, outro menino do Líbano...então ele interveio, ele interveio nas nessas questões [AL: agrárias?] JV: Agrárias, já se disse e agora eu vou ter que repetir o que o presidente do Movimento disse que foi aí nessas reuniões que o movimento promoveu e participou que nasce o Movimento dos Sem-Terra, hoje o grande Movimento dos Sem-Terra. Um outro assunto também que interveio muito em determinado momento foi estas questões que eu chamo de discriminação social, entre o racismo, o xenofobismo, neonazismo, nazismo, enfim todas estas situações quando o Movimento intervem na defesa disso né, nesses direitos...também intervém na violação dos direitos humanos no exterior, quer dizer, tem umas parcerias com organizações internacionais de direitos humanos, ele, através dessas parcerias ele também faz e defende direitos humanos no exterior dos brasileiros, estrangeiros enfim, que tenham algo a ver com o Brasil, é muito interessante isso...como que a gente foi descobrindo, isso é o que é interessante, como o

arquivista vai descobrir isto. Então não foi um trabalho fácil. Outra questão que ele também intervém é na educação, principalmente na educação de direitos humanos...cria um programa de intervenção nas escolas, nos colégios, com seminários de direitos humanos, é muito bonita essa parte.

Enfim, essas são as intervenções. A isto, evidentemente foi processado né, várias vezes, então, nós temos os processo contra o Movimento e a favor do Movimento. A segunda série poderia se resumir nisso.

Uma outra série que para nós tem fundamental importância foi a série "Terrorismo de Estado", aliás, que nós chamamos, nós denominamos Terrorismo de Estado. Havia uma outra discussão na arquivística sobre a neutralidade, a imparcialidade do arquivista..não existe isso né...todos nós, seres humanos, temos, a ver, isso que se chama ideologia também, todos nós temos...princípios, temos ideais, temos éticas, e elas estão associadas àquilo que nós pensamos, do ser humano, da vida e da sociedade. Então não existe isso de uma arquivista ser um neutro, um profissional imparcial. Isso foi muito, muito, muito discutido com o grupo que nós tínhamos, para definir essa série. Evidentemente ficou assim "Terrorismo de Estado" porque o quadro tinha que refletir exatamente aquilo que os documentos dizem. E esses documentos dizem e denunciam as violações de direitos humanos, sim? Neste que foi o terrorismo de Estado na época da ditadura. Essa série foi riquíssima trabalhá-la, foi muito, muito prazeroso de trabalhar. Essa nós dividimos eu não me lembro em quantas subséries, me parece que em 7 ou 8 subséries né. As primeiras foram sobre as violações dos direitos humanos né? Não, a primeira subsérie falava sobre a repressão, prisão e tortura, sim? Então essa subsérie tem uma série de subdivisões, essa subsérie né, com dossiês em casos específicos, em casos de tortura, casos de desaparecimentos, casos de repressão, de prisão. Então foi o método adotado para essa organização interna dessas subséries foi esse, dos dossiês por casos...casos emblemáticos e eventualmente também, temáticos né. Aí se misturam um pouco a organização. A outra subsérie falava sobre seqüestro, morte e desaparecimentos de pessoas – igual né – também por casos emblemáticos onde o Movimento participa, onde ele acompanha, onde ele colabora, com quem ele colabora, com organizações de direitos humanos de Argentina, de Uruguai, do Chile, do Paraguai, enfim, de Centro-América em alguns casos, quando vem esta situação da Revolução Sandinista na Nicarágua, também há uma colaboração interna, bastante interessante, documentos que refletem essa documentação que faz um acompanhamento...aí também nós temos casos, casos emblemáticos de seqüestro, morte e desaparecimento de brasileiros no exterior e de estrangeiros aqui no Brasil, casos muito emblemáticos, caso Benech, Firminish, que tu deves conhecer também né? Nós podemos citar inúmeros casos... nós podemos nos referir a uma subsérie que eu acho muito única que são os depoimentos de testemunhas né? De vítimas de familiares de direitos humanos. Esta documentação só se compara e se equilibra e se equivale com a documentação que tem Memória Aberta [AL: na Argentina] JV: É na Argentina, o Movimento de Familiares de Desaparecidos Uruguaios onde as vítimas, os familiares, eles se correspondem e dão seus depoimentos a respeito da violação de direitos humanos, do desaparecimento de seus filhos, parentes, familiares, etc, que dão seus depoimentos. E há um caso emblemático daqui do Movimento, que ele articula para que um grupo de uruguaios vítimas ou familiares de vítimas enfim, que buscavam seus filhos desaparecidos, netos e maridos, né, pudessem denunciar e pudessem solicitar a ACNUR, ajuda e colaboração para a salvaguarda das suas vidas e para localizar onde estavam essas pessoas. A isso nós chamamos as famosas "oitivas" né, as oitivas que são depoimentos das vítimas

que fizeram né, o MJDH articulou tudo isto junto com a ACNUR e a OAB para realizar isto...estes com a famosa Totta, como é? Agora não lembro...a militante esta [AL: os nomes? Quintero?] JV: Totta Quintero, que veio encabeçando este movimento, e eles vieram articular aqui para que se fizesse os depoimentos,mas houve problemas para a realização dos depoimentos aqui, tiveram que ir para o Rio de Janeiro...

AL: Primeiro eles iriam para o Rio e lá não deu, é isso? Ou ao contrário?

JV: Nem aqui nem lá, e foram feitos aqui e encaminhados os depoimentos. Essa correspondência é muito rica igual. Tem gente já trabalhando com essa documentação em dissertação... eu sempre disse que era uma documentação única porque, porque mesmo sendo cópias...essas são cópias...

AL: e as originais, onde estão?

JV: Não existem, são únicas, claro...eu andei pesquisando nos arquivos do ACNUR. Como é uma delegação não existe institucionalizado. Alguém levou essas oitivas ou se destruíram, se eliminaram...

AL: E a Associação de Familiares ainda existe?

JV: Cada um deles deve ter seu depoimento, sei lá, enfim... Uma outra correspondência assim rica, e que sensibiliza, pelas coisas que dizem, pelas manifestações, pelas histórias que relatam, pela narrativa que se faz são as correspondências de vítimas, de familiares. Também, o que se constata é muito original né, essa documentação que o Movimento recebia destas vítimas, seja procurando ajuda, seja agradecendo pela ajuda prestada. Essa é uma outra documentação muito, muito rica.

Outra subsérie dentro desta é a questão do intercâmbio, "intercâmbio e cooperação" né?, das organizações de direitos humanos que colaboraram, ou melhor dito, que se estabeleceu uma rede, eu sempre digo, uma rede invisível, né?, entre organizações de familiares, organizações de familiares de mortos, organização de familiares de desaparecidos, de vitimas né? E os movimentos, o caso das organizações de defesa de direitos humanos, seja para ajudar, para procurar exílio, para procurar pelas vitimas e assim por diante. Então há uma documentação também rica dessa cooperação, desse intercâmbio que havia entre essas organizações sociais. Dentro desse terrorismo de Estado, um pouco cronologicamente, também se criou uma série que falasse sobre a questão da transição política aqui no Cone Sul, não apenas no Brasil. Por que? Porque nós encontramos documentos que se referem a isso, mesmo que seja em alguns casos poucos, mas abundantes...encontramos documentos que tratam destes processos ou que informam, seja através de recortes, de panfletos, de próprios documentos, de comunicados né?, de cartas, correspondências que tratam desse assunto, do assunto da transição, desse longo processo de transição política no Cone Sul. Também aí...claro, nós também subdividimos isto...houve um embate interessante, porque para poder definir, para poder dar nomenclatura a estas subséries né? Então uma das coisas que sempre se pensou foram em conceitos de transição. O que aconteceu no Brasil como transição, aqui se chamou essa transição [AL: lenta, gradual..?] JV: Lenta, gradual...o processo de distensão lenta e gradual na política brasileira. Evidentemente que aí se entrava

na questão da anistia e assim por diante né? Também, nessa série, nesse período houve repressão e houve violência...então considereamos necessário abrir uma subsérie “repressão e violência”. Em outros países se deu o processo de anistia como no Brasil, em outros países...me parece que foi no Paraguai, não sei se foi no Paraguai, mas no Brasil, então nós abrimos uma subsérie “Anistia”, que fala sobre a anistia aqui e em outros países que optaram por este processo, evidentemente. A Argentina considera um palavrão “anistia”...lá isso se chama impunidade. Dentro desse processo de redemocratização, desse período nós também incluímos uma subsérie que foi a questão de “políticas de arquivo”, quando começa a aparecer, começam a se tratar de arquivos...

AL: Arquivos do Estado?

JV: Do Estado, com o famoso descobrimento dos primeiros arquivos policiais. Não do DOPS aqui, mas sim lá na Argentina, do DIPA né? Que era o Departamento de Inteligência da Província de Buenos Aires, que foi o grande achado lá, logo após a ditadura né? Entre 78 e 79, sim? Que se descobrem estes arquivos, se descobrem lá e onde se revela né? Esta estrutura de repressão, esta estrutura diabólica, que pode ser chamada assim a repressão na Argentina.. então aí, com a abertura evidentemente, que se elaboram os primeiros informes destes processos que foi o “Informe Nunca Más”, que se chama assim, e que aqui também tem o “Nunca Mais” né? Que se fez através do Estado de São Paulo com o Padre Evaristo Arns. Lá na Argentina se fez, quem presidiu isto foi o Prêmio Nobel da Paz, naquela época...agora me deu um branco... então com toda essa documentação se criou uma subsérie...de abertura, que na verdade hoje eu pensando melhor não seria “abertura dos arquivos”, e sim “políticas de memória”, de resgatar essas memórias como políticas né...para esses arquivos. Eu até vou pensar...

Tem uma outra série que a gente juntou isso da redemocratização muito panfleto, havia muito manifesto, havia uma série de tipologias diferenciadas então a gente juntou tudo aí né? E nós chamamos essa série de..panfletos, entrevistas, cartazes... que juntava tudo isso aí né?

Também uma série em função dos documentos, os documentos dizem que séries que haviam de ter, uma que fala sobre a reparação, indenização de vítimas...enfim hoje eu repensaria essa série com a definição assim, mas enfim foi essa outra série da redemocratização.

Uma outra série que nós abrimos, que era necessário foi a quinta série do Prêmio de Justiça e Direitos Humanos que é um evento que organiza há quase 30 anos esse movimento né em que premia os jornalistas de diferentes meios de comunicação, eu diria todos...meios impressos, televisivos, rádio né...enfim...de todos os meios de comunicação premia as reportagens enfim, ou as coberturas a respeito da violação ou da promoção de direitos humanos. Então eles fazem uma premiação, esse evento ocorre no dia 10 de dezembro, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

E por último nós temos também uma outra série que é dos recortes de jornais, que também nós optamos por classificar ou organizar esses recortes de jornais utilizando como referência as séries anteriores do quadro de arranjo, porque se adequa e porque todos os recortes que se foram coletando durante esses 30-40 anos falam expressivamente do acionar do Movimento e da intervenção seja na defesa dos direitos ou seja nesta parte do terrorismo de Estado, ou da transição

política. Então essa série é extremamente rica e que vai ser muito boa para as pesquisas que se relacionem com estes temas.

Ainda eu acho que temos uma outra série, que é a série de fotografias, que é um acervo fotográfico mais ou menos de 800 fotos que foram registradas enfim... [AL: são as ações registradas?] JV: Isso, eu resumiria, assim o quadro de arranjo...

AL: O que eu queria saber é que fontes tu utilizastes para fazer as descrições, para fazer o próprio arranjo...fontes e técnicas de pesquisa para o arranjo e para a descrição?

JV: A descrição está em processo de elaboração. Se tem praticamente feitas todas as descrições. Bem, primeiro: para a organização do acervo evidentemente nós utilizamos a metodologia da História Oral. Entrevistamos os atores dessa história do Movimento que, evidentemente estão... que a gente conseguiu localizar. A gente podia ter...não, teve sorte, mas a partir desses depoimentos a gente conseguiu entender essa documentação e na medida em que ia organizando literalmente, solicitávamos a presença deles para poder nos orientar. Te coloco assim uns casos: de repente encontrava um papelzinho com anotações que continha informações insignificantes entre aspas né? Mas que esse papewlzinho junto a outro documento legitimava a informação. Então nós optamos por não eliminar absolutamente nada, e sim encontrar a organicidade, o significado disto e evidentemente para isto nós tínhamos que trabalhar em conjunto com os produtores, nesse caso quem muito nos ajudou foi o Jair Krischke, ele que, quase que nesse processo todo, quase que diariamente...desde o início ele nos acompanhou. Eu diria que esta foi a metodologia mais adotada. Claro, evidentemente que pesquisa, em função do significado de direito humanos, pesquisa deste processo todo de terrorismo de Estado no Mercosul, bibliografia a respeito disto...tudo o que a gente encontrasse, aí se viu muito o próprio acervo bibliográfico que se tem lá ne? Muitas teses, muitas indicações a respeito deste período.

ANEXO C: DESCRIÇÃO DAS OITIVAS DE FAMILIARES E URUGUAIOS DESAPARECIDOS

Projeto de Organização e Descrição – Coordenador Prof. Jorge Vivar

DOCUMENTAÇÃO SOBRE A OITIVA DE FAMILIARES URUGUAIOS

Entre 6 e 20 de setembro de 1979, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) circulou sob clima de tensão em Buenos Aires. Durante aqueles dias, seis funcionários da Organização ouviram depoimentos sobre a situação dos Direitos Humanos na região. O trabalho resultou em 65 caixas com arquivos contendo as denúncias sobre crimes cometidos pelo Estado contra cidadãos comuns. Em abril de 1980, o relatório final destes trabalhos ficou pronto, mas foi proibido de circular na Argentina.¹⁵

A anuência do governo argentino e a posterior repercussão negativa apontada pelo relatório sobre a ditadura no país, fez com que o regime repressivo uruguaio rejeitasse o pedido da OEA para realizar um processo semelhante em território oriental. O clima de terror do Uruguai levava alguns familiares de presos e desaparecidos políticos a cruzar o Rio da Prata para denunciar o sumiço de seus entes na Argentina. Mesmo que alguns destes familiares não tenham obtido autorização para deixar o país, a oitiva promovida pela OEA fez com que o tema dos desaparecidos uruguaio ganhasse repercussão, tornando-se fruto de interesse tanto da imprensa, quanto de outras entidades de Direitos Humanos pelo mundo.

A criação da a.f.u.de, Agrupación de los Familiares de Uruguayos Desaparecidos, no mesmo contexto, proporcionou uma evolução nas atividades de organização e mapeamento dos casos referentes aos desaparecidos políticos. Foi através dela que se negociou a oitiva de familiares de desaparecidos uruguaio, uma nova audiência, mais completa, menos tutelada pela repressão e com mais respaldo que a anteriormente levada a cabo na Argentina. A oitiva foi uma proposição da ONU, através de sua subcomissão de Direitos Humanos, então interessada nas violações aos direitos do Homem pelas ditaduras da América Latina.

A oitiva de 1980, a ser realizada no Brasil (que vivia, então, a chamada “distensão”), seria a consequência de uma série de denúncias individuais ou coletivas difundidas por mães, pais e demais familiares de uruguaio desaparecidos, quase todos

¹⁵ Cf. “A memória encaixotada sai das trevas” – *Carta Maior*, 29/11/2011, consultado em 7/3/2012, as 15h10.

sequestrados clandestinamente por conexões repressivas na Argentina. Neste processo, Maria del Carmen Almeida de Quinteros (*Tota*), mãe da desaparecida Elena Quinteros, aparece desde o início como uma das personagens de maior ação. Desde o sequestro de sua filha, em plena Embaixada Venezuelana no Uruguai, em junho de 1976, Tota circulara pelos mais diversos foros, não apenas buscando informações sobre o paradeiro de Elena, como também exigindo uma resposta formal do governo uruguaio a respeito de outros casos. Em um de seus enfrentamentos mais notórios, registrado na documentação abrigada pelo acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a mãe de Elena Quinteros dirige-se ao representante uruguaio na ONU, Carlos Giambruno, criticando a posição do governo de seu país, omissos na questão dos desaparecidos. Diante do constrangimento perante os comissionários da ONU, em Genebra, Giambruno respondeu que as autoridades uruguaias haviam buscado todas as formas de esclarecer o caso, “provavelmente o único episódio de desaparecimentos que existe em nosso país”.¹⁶ A oitiva realizada no Brasil, meses depois, confirmaria a farsa das palavras de Giambruno: os desaparecidos uruguaios eram bem mais que um episódio isolado. A pedido da ONU, em outubro de 1980 foi organizada a coleta dos depoimentos de familiares uruguaios. A princípio, o trabalho deveria transcorrer no Rio de Janeiro, mas os altos custos da operação obrigaram a oitiva a mudar de endereço, para Porto Alegre. No domingo, 26 de outubro, 27 familiares chegaram ao Brasil. A eles se somariam, no dia seguinte, mais sete pessoas. Na segunda-feira, 27 de outubro Tota Quinteros e outras três mães uruguaias desembarcaram ao Rio, onde foi iniciada a audiência inicial da oitiva.

Presentes na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, as cinco mães foram recebidas pela comissão responsável por apurar e coletar seus depoimentos. Compunham a equipe: Eduardo Seabra Fagundes, presidente da OAB; José Bernardo Cabral, secretário-geral da entidade; Thierry Mignon, advogado e representante da Federação Internacional dos Direitos do Homem e do Movimento Internacional de Juristas Católicos Pax Romana; Willen Bogaard, presidente da Seção Holandesa do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU); Omar Ferri, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH); e

¹⁶ Documento “Contestación de Giambruno a la Sra. De Quinteros en nombre de Pax Romana, tema 10b del programa, febrero de 1980 (realizada en el palácio de las Naciones Unidas en la Comisión de Derechos Humanos). Arquivo do MJDH, 03.2.

Belizário dos Santos Junior, presidente da Associação dos Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos e representante do SIJAU Brasil. O grupo ouviu, inicialmente, as histórias de Tota Quinteros, Milka Gonzales Perez, Martha Zaffaroni e Violeta Malugani.

No mesmo dia 27, as quatro mães de desaparecidos voltaram a Porto Alegre, onde, ainda no aeroporto, foram recebidas pelos demais familiares – que, naquele dia, haviam dado entrevistas e se encontrado com o bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Urbano Algayer. Na terça, dia 28, os trabalhos começaram, desta vez na sede do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, onde advogados explicaram aos familiares de desaparecidos sobre a metodologia dos depoimentos: primeiro, eles deveriam preencher fichas específicas contendo informações elementares acerca de seus casos; depois disso, cada um teria um tempo para apresentar, oralmente, os episódios relatados por escrito.

Neste dia, foram tomados depoimentos de 33 uruguaios sobre cerca de 130 desaparecidos. Do total dos relatos (133 casos, número a ser confirmado), 113 pessoas teriam sido seqüestradas em território argentino por conexões repressivas com o Uruguai; 32 detidos foram vistos em algum cárcere do Uruguai ou da Argentina; dos seqüestrados, 6 eram crianças, sendo quatro delas resgatadas e pelo menos uma nascida na prisão; dois uruguaios desapareceram no Paraguai e dois no Brasil. Em seu próprio país de origem, foram 12 detidos. Todos os casos relatados aconteceram entre 1976 e 1978. Os detalhes a respeito de cada uma das oitivas encontram-se, resumidos, no anexo a seguir.

Em Porto Alegre, um numeroso grupo ouviu o relato dos familiares uruguaios. Boa parte da equipe estivera envolvida na primeira parte da oitiva, um dia antes: Thierry Mignon, Willen Bogaard, Omar Ferri e Belizário dos Santos Junior. A eles, uniram-se Jair Krischke (MJDH) e Celso Luiz Franco Gayger (Comissão de Justiça e Paz do RGS).

Na quarta-feira, dia 29, foi finalizada a apresentação dos depoimentos e, no dia seguinte (30), a documentação foi entregue a Seabra Fagundes, que ficou encarregado de remeter o dossiê para a sede da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Para a a.f.u.de, a oitiva brasileira serviu para escancarar o clima de terror vivido no Uruguai, para dar respaldo à luta e, principalmente, para ampliar o grupo, já que muitos dos depoentes não se conheciam até então. O fato de a

audiência ter ocorrido em Porto Alegre – cidade próxima ao Uruguai – facilitou o processo.

O grupo uruguaio, embora temerário do retorno ao país, voltou logo após a oitava. Tota Quinteros seguiu no Brasil, onde concedeu diversas entrevistas, fazendo com que o tema dos desaparecidos ganhasse um espaço considerável na imprensa brasileira. A mãe de Elena Quinteros permaneceu mais seis dias em Porto Alegre, articulando a luta do a.f.u.de. Depois, no dia 4 de novembro, partiu para São Paulo, onde foi recebida por dom Evaristo Arns e participou de manifestações em frente ao Consulado Uruguaio – deputados, sindicalistas e estudantes entregaram documentos ao cônsul, repudiando a repressão no Uruguai. No dia 19, Tota participou da Jornada Mundial pelos Desaparecidos, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, um ato organizado pelo CNT (ver significado da sigla) e pelo a.f.u.de. Participaram, na ocasião, o ex-ministro do trabalho Almino Afonso, representando os brasileiros exilados no Uruguai, José Carlos Dias (Comissão de Justiça e Paz de São Paulo), Omar Ferri, Luiz Eduardo Grinhald e Lília Celiberti – de passagem pelo Brasil. “Este acto fue totalmente filmado como parte de una película que se exhibirá próximamente” – acusa o relatório da viagem.¹⁷

No dia 25 de novembro, Tota Quinteros foi para o Rio de Janeiro, onde participou de uma entrevista coletiva com Lília Celiberti para o *Jornal do Brasil* e para *O Pasquim*. Na noite de 26, ela participou de uma reunião com Yolanda Pires, da Liga Brasileira de Direitos Humanos, e representantes de outras 20 entidades afins. No dia seguinte (27), Quinteros uniu-se a Martha Zaffaroni. Acompanhadas pela deputada Heloneida Studart (PMDB) e de Rolando Gomes (PMDB), elas encontraram-se com Seabra Fagundes, para inteirar-se sobre o andamento da denúncia apresentada no mês anterior. No dia 28, à tarde, o a.f.u.de participou de um novo ato, desta vez em frente ao Consulado Uruguaio no Rio. Na noite desta mesma data, foi organizado um ato na Universidade Santa Úrsula. Esta manifestação foi promovida pela UNE e contou com as presenças de Luiz Carlos Prestes (PCB) e Marcelo Cerqueira (PMDB).

(Fichamento da Documentação)

Oitava dos familiares de vítimas da ditadura uruguaia promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Rio de Janeiro, RJ, 1980)

¹⁷ “Audiencia de los familiares de uruguayos desaparecidos” – Brasil, 27-28-29 octubre 1980 – a.f.u.de. (Agrupación de Familiares de Uruguayos Desaparecidos) (Relatório de atividades da oitava).

Depoimentos (03.3.5, caixa 18)

“Ao vinte e sete dias de outubro de 1980 na sede do Conselho Federal da OAB Ordem dos Advogados do Brasil, Av. Marechal Câmara, 210 6º andar, Rio de Janeiro, RJ Brasil, sob a direção do Presidente Eduardo Seabra Fagundes, presentes o Dr. José Bernardo Cabral, Secretário Geral da entidade, o Dr. Thierry Mignon, advogado representante da Federação Internacional dos Direitos do Homem, Movimento Internacional de Juristas Católicos e Pax Romana, Dr. Willen Bogaard Utrecht – Holanda e presidente da Seção Holandesa do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAS), Dr. Omar Ferri, advogado representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Dr. Belisário dos Santos Júnior, advogado presidente da Associação dos Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos e representante do SIJAU para o Brasil, compareceram as pessoas a seguir nomeadas e qualificadas, que prestaram os depoimentos a seguir reduzidos a termo:”

- **Maria del Carmen Almeida de Quinteros (Tota):** uruguaia, professora, passaporte sueco, endereço não declarado por segurança; mãe de **Elena Quinteros**, desaparecida aos 30 anos no interior da Embaixada da Venezuela (em Montevideú), presa por três dias em junho de 76, torturada para que identificasse companheiros na embaixada; na “operação”, Helena fugiu e ingressou no prédio da representação diplomática, sendo recapturada logo depois, mesmo com a resistência dos diplomatas que tentavam proteger a fugitiva (e que sofreram violência policial também); “em decorrência deste incidente a Venezuela rompeu relações diplomáticas com o Uruguai, tendo o Presidente Luis Herrera Campin dito a depoente, em contato pessoal, realizado no dia 12 de maio de 1979 que o seu país não reataria relações com o Uruguai enquanto Helena não lhe fosse restituída”; em 2/5/1979, o representante uruguaio na ONU, Carlos Giambruno, disse a Tota que Elena continuava presa, mas que o país procurava uma forma de libertá-la visando reatar com a Venezuela; Tota não exerceu atividades políticas até ingressar na Agrupación de Familiares de Uruguaios Desaparecidos; apesar disso, por procurar a filha, passou a sofrer perseguição do governo uruguaio e chegou a

ter a expedição de documentos negada, obrigado-a a procurar documentação como refugiada do governo da Suécia; ela acredita que Giambruno lhe acenou com a idéia da libertação de sua filha para que suas denúncias parassem; em fevereiro e março de 1980, durante a reunião da comissão de Direitos Humanos da ONU, cobrou de Giambruno a promessa e ele voltou a dizer que agiria; o diplomata venezuelano que interveio em favor de Elena ficou com um dos sapatos que a filha de Tota usava quando foi capturada.

- **Milka Gonzales Perez:** uruguaia, do lar, endereço não declarado por segurança; mãe do estudante **Rubem Prieto Gonzales**, refugiado em Buenos Aires (Argentina) desde novembro de 1972, sem exercer atividades políticas mas, ainda assim, capturado em 30/9/1976 e desaparecido desde então; desconhecidos avisaram do fato a Milka; eles disseram que a casa de Rubem foi revisada várias vezes por pessoas armadas que usavam um automóvel Falcon branco e eram acompanhadas por uma ambulância; levaram consigo pertences de Rubem; Milka foi a Buenos Aires localizar o filho, mas não conseguiu; jamais recebeu informações dele pelos governos uruguaio e argentino, que se limitam a dizer que Rubem não está em poder deles;
- **Martha Castilla Muttoni de Zaffaroni:** uruguaia, do lar, residindo no Brasil; mãe de **Jorge Zaffaroni Castilla**, sogra de **Maria Emilia Zaffaroni** e avó de **Mariana Zaffaroni**, todos desaparecidos; em setembro de 1976, no Rio, recebeu um aviso de sua filha em Buenos Aires, sobre o desaparecimento das três pessoas; desaparecidos estavam em Buenos Aires refugiados, desde 1975, por perseguição política no Uruguai; “tendo recebido a citada informação a depoente foi a Buenos Aires e lá fez publicar na imprensa, uma fotografia de sua neta, que então contava um ano e meio de idade, pedindo que qualquer informação sobre o seu paradeiro fosse encaminhada ao Hotel onde se hospedara”; informa que um telefonema anônimo revelou o endereço da casa de seu filho (que ela não sabia) e que, ao chegar na residência, vizinhos lhe disseram ter visto Jorge acompanhado de homens armados, esperando a chegada de sua mulher e filha, sendo todos levados, depois,

para lugares desconhecidos; Martha ficou um mês em Buenos Aires buscando a neta que acreditava ter sido levada para algum abrigo; a polícia argentina não aceitou oficializar denúncias a respeito do caso; depois, Martha foi duas vezes ao Chile na esperança de achar a neta, publicando anúncios e dando entrevistas na imprensa.

- **Violeta Malugani Torena:** uruguaia, do lar, endereço não identificado por motivos de segurança; seu filho, **Miguel Angel Moreno Malugani**, desaparecido na Argentina desde 1976, quando a depoente recebeu telefonema avisando do ocorrido; Miguel morava na Buenos Aires desde 1973, como refugiado, por ser perseguido no Uruguai; o telefonema que avisou Violeta pediu que ela fosse à Argentina com urgência, onde foi informada pelo Alto Comissariado que seu filho desaparecera após as 20h30 de 1/10/1976; quando desapareceu, Miguel estava prestes a viajar para o México (em 10/10/76), pois recebera o visto do Alto Comissariado; em 1979 uma comissão da OEA visitou a Argentina e Violeta entregou uma denúncia sobre o desaparecimento de seu filho que foi contestada pelo governo argentino;

“Ao cabo dos depoimentos acima foram suspensos os trabalhos, informando às pessoas que compareceram a sede da Ordem que inúmeros outros parentes de desaparecidos Uruguaios se encontram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mas não puderam comparecer a esta cidade por motivo de ordem financeira, especialmente, mais que estão prontos a prestar depoimentos naquela cidade, a fim de que os mesmos possam servir de subsídios às investigações que estão sendo realizadas em nível internacional. O presidente determinou o encerramento deste termo que é assinado pelos presentes identificados”.

Ata da seção realizada em Porto Alegre

“Aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1980, às 10:30 hs, nesta cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul Brasil, em local cedido pelo Movimento de Justiça e

Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, presentes Dr. Thierry Mignon, advogado representante da Federação Internacional dos Direitos Humanos, Movimento Internacional de Juristas Católicos e Pax Romana; Dr. Willen Bogaard, professor de Direito Internacional da Universidade de Utrecht – Holanda e presidente da Secção holandesa do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU); Dr. OMAR FERRI, Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RGS; Dr. Belisário dos Santos Jr., presidente da Associação de Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos; Dr. Celso Luiz Franco Gaiger, da Comissão Justiça e paz do RGS; e demais representantes das entidades acima referidas e abaixo firmados, instalou-se a segunda sessão dos trabalhos de tomada de depoimentos e leitura de declarações de cidadãos uruguaios, familiares de desaparecidos uruguaios, em sequência à sessão realizada no dia vinte e sete do corrente na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro. Abertos os trabalhos, tomara,-se os depoimentos a seguir reduzidos a termo, e complementados com documentos que acompanham e integram a presente.”

Fichamento dos depoimentos com base na ata, nas fichas de declarações e nos anexos entregues pelos familiares ouvidos:

- **Maria Angélica Caceres de Julien:** uruguaia; 60 anos; entrega à comissão depoimento escrito e dossiê sobre a desapareição do filho **Mario Roger Julien Caceres** (37 anos) e nora **Victoria Lucia Grisona de Julien** (35 anos, argentina); desaparecidos no Partido de San Martín (Grande Buenos Aires) com seus filhos, **Anatole Boris Julien Grisonas** (4 anos) e **Victoria Eva Grisonas** (16 meses), que apareceram em Valparaíso (Chile), em dezembro de 1976; seu filho desapareceu graças à militância política no PVP, em 26/9/1976; a nora ficou 3 meses detida no Uruguai e foi posta em liberdade depois; (depoimentos contém recortes de jornal a respeito do caso, sobretudo das duas crianças encontradas em Valparaíso);
- **Juan José Luppi Devoto:** uruguaio, 71 anos; declaração escrita sobre desapareição da filha, **Mary Norma Luppi Mazzone** (43 anos) presa em 72 no

Uruguai por militar na Frente Ampla; desapareceu em 10/6/1977, 19h30, em Buenos Aires;

- **Maria Ofelia Vasquez de Alfaro:** uruguaia, 65 anos, professora; declaração escrita sobre desaparecimento de seu filho, **Daniel Pedro Alfaro Vazquez**, que saiu do Uruguai em 72, rumo ao Chile, onde ficou até setembro de 73; no Chile, foi para a embaixada uruguaia e, em outubro ou novembro, saiu para a Argentina, legalmente, onde desapareceu em 11/8/1977; participou do Movimento 26 de Março; foi detido com Darío Piñera (uruguaio, foi libertado e voltou para Montevideu); a informação sobre Daniel é de que teria sido trasladado a Montevideu, preso; o Uruguai nega;
- **Andres Bellizzi:** italiano, 66 anos, residente no Uruguai, casado com **María B. de Bellizzi**; duas declarações escritas sobre desaparecimento, desde 19/4/1977, de seu filho, **Andres Humberto Bellizzi Bellizzi** (uruguaio, 28 anos, desde 12/3/1974 na Argentina), em Buenos Aires; caiu numa emboscada preparada por repressores que se passaram por clientes interessados em seus serviços de pintor;
- **Olivia Vieira de Arce:** uruguaia, 63; declaração escrita e documento sobre dados do filho desaparecido, **Gustavo Raul Arce Viera** (uruguaio, 32, desaparecido na Argentina desde pelo menos 27/12/1977); seu filho saiu do Uruguai rumo a Argentina, em 74, com medo de represálias com o movimento sindical; em 31/10/74, deixou o Uruguai legalmente; em 27/12/1977 saiu de casa para encontrar Raul Gambaro Nunez, seu amigo, e providenciar sua radicação definitiva na Argentina, mas nunca mais foi visto;
- **Maria Ester Gatti de Islas** (casada com **Ramón Islas**) e **Marta Castilla de Zaffaroni** (casada com **Julio Zaffaroni Zubieta**): uruguaias, declarações escritas referentes aos desaparecimentos de: **Jorge Alberto Zaffaroni Castilla** (uruguaio, nascido em 2/5/1953, 23), em Buenos Aires; **Maria Emília Islas de Zaffaroni** (nascida em 18/4/1953, 23), desaparecida em 27/09/1976,

numa emboscada preparada após a prisão do marido; e **Mariana Zaffaroni Islas**, (nascida em 22/3/1975), desaparecida com seus pais; (contém documentos sobre a peregrinação das famílias por Uruguai, Argentina e Chile em busca de Mariana);

- **Aurora Escotto**: uruguaia, 50; declaração escrita sobre desaparecimento de seu filho, **Nelson Santana Scotto** (nascido em 16/9/49, desaparecido em Assunción, Paraguai, em 28/3/77); entrega declaração do cidadão boliviano Jaime R. Burgos Valdívía, preso com seu filho em Assunção; seu filho era ativista do PVP e esteve preso por 24 horas, posto em liberdade em seguida; saiu da Argentina e, cinco dias depois, a polícia uruguaia procurou na casa da depoente, onde ficaram 28 horas, aguardando o retorno que não ocorreu; Aurora recorreu a autoridades de Uruguai, Argentina e Paraguai sem sucesso; (consta, anexo, declaração de Jaime Burgos, tomada pelo SIJAU, sobre o caso e outros nomes de desaparecidos);
- **Blanca Nilo de Artigas**: uruguaia, 56; duas declarações escritas sobre o desaparecimento de filho, **Alfredo Moyano** (24, estudante), e nora, **Maria Assunción Artigas de Moyano** (29, estudante), em 30/12/77; uruguaio Washington Rodriguez (que reside na Suécia) esteve preso com seu filho e nora no cárcere de Banfield; Maria foi presa junto com outras 20 uruguaias, todas custodiadas por um capitão da Marinha oriental; das 20 mulheres, 3 estariam grávidas, sendo Maria uma delas, segundo relatos recebidos por Blanca; em fevereiro de 1979, Blanca recebe uma ligação anônima de Buenos Aires dizendo a ela que fosse atrás da neta, nascida em 29 de agosto de 79 e batizada com o nome de Verónica Letícia; foi a Argentina, mas não encontrou a neta;
- **Familiar de Raul Gámbaro Nunez** (nasc. 08/10/39): uruguaia, declaração escrita sobre primo-irmão desaparecido em 27/12/1977; Raul pertencia ao Grupo de Ação Unificadora (GAU) e exercia atividades no Sindicato Têxtil de Montevideú; em 74 foi para a Argentina e, depois, desapareceu; sua esposa,

Sylvia Osteante, depois do ocorrido, refugiou-se na embaixada italiana com os dois filhos e embarcou para Milão;

- **Orfilia Baltar Lanzani:** uruguaia, 70 anos; desaparecimento da irmã, sobrinha (Aida) e companheiro da sobrinha (**Castro Gallo**, 38 anos, desap. 25-28/12/77, em Buenos Aires), que participavam da Frente Ampla; Castro era do Sindicato dos Trabalhadores de Cana de Artigas; **Aida Célia Sans Fernandez** (25 anos, desaparecida desde 23/12/77, enfermeira, grávida de 8 meses no dia do sequestro, deu à luz a uma menina igualmente desaparecida) foi para a Argentina e, mais tarde, Castro a encontrou lá; **Elsa Haydee Fernandez** (irmã da depoente, nasc. 16/11/1916, desap. 23/12/77) também foi, em novembro de 77, para assistir a filha, prestes a dar a luz; desapareceram os três;
- **Honélida Casas de Río:** uruguaia, 59 anos; declaração escrita e foto do filho **Miguel Angel Rio Casas** (nasc. 30/08/1948), militante da Frente Ampla e preso em 7/7/1972, ficando 14 meses na prisão; em 6/5/1974 foi para a Argentina por não sentir-se seguro no Uruguai; Miguel deixou sua esposa, Marta Alícia Enseñat e o filho Valentin (6 meses) numa estação, para encontrá-los mais tarde, em outro ponto; nunca mais apareceu;
- **Olga Ramos Lagar de Garcia:** uruguaia, 50; declarações sobre o desaparecimento da filha, **Ileana Sara María García Ramos de Dossetti** (nasc. 31/3/54, desap. 21/12/77, na Argentina, onde estava desde 10/10/74) e genro, **Edmundo Sabino Dossetti Techeira** (nasc. 19/11/52, desap. 21/12/77); Olga recuperou a neta, **Soledad** (nasc. 14/10/77, em Buenos Aires), em 9/1/78, por ordem do juiz de San Isidro, levando-a para o Uruguai; a menina havia nascido com problemas e, graças ao tratamento proporcionado pelo reencontro com a avó, pôde escapar de tornar-se deficiente; ao levar seus pais, a repressão entregou Soledad ao responsável pelo edifício onde moravam, homem que, mais tarde, a devolveu a seus familiares uruguaios;

- **Beatriz ?? de Bosco:** uruguaia, envia carta avisando do desaparecimento do marido e pai de seus dois filhos, **Alfredo Fernando Bosco Muñoz** (nasc. 29/9/53), estudante e bancário que resolveu ir para a Argentina depois que um de seus companheiros no G.A.U. caiu; Alfredo desapareceu e sua última comunicação com a família foi um cartão recebido em 24, mas enviado em 19 de dezembro de 1977;
- **Petrona Hernandez de Arnone:** uruguaia, 64 anos; declaração escrita, foto e documento de **Bernardo Armando Arnone Hernandez** (nasc. 20/8/52), seu filho desaparecido, detido em 73 por questões sindicais, preso por 36 dias; em 1º/10/76, o filho estava na Argentina, quando desapareceu;
- **Avelina de Leon de Anglet:** uruguaia; duas declarações sobre desaparecimento de genro e filha, **Beatriz Alícia Anglet de León** (26 anos, desap. Em 24/4/78); filha participava de atividades políticas e esteve presa durante vários anos, depois mudou-se para a Argentina; o genro teve atividades sindicais em Artigas; foram ameaçados ainda no Uruguai; a filha foi vista em abril de 1978, num cárcere clandestino em Quilmes;
- **Irma Haydée Gallo:** uruguaia, 53 anos; 4 declarações referentes ao desaparecimento de sua filha **Graciela Susana de Gouveia de Michelena** (nasc. 31/12/1950, desap. 14/6/1977), o genro **José Enrique Michelena Bastarrica** (nasc. 9/3/1949); detidos em Buenos Aires por homens armados de metralhadora, conforme vizinhos; o genro saiu do Uruguai em 3/4/74, por temer ser preso; uma das declarações que entrega foi escrita pela mãe do genro, **Ruth Maria B. de Michelena**; pais de dois filhos, **María Fernanda** (uruguaia, nasc. 11/5/72) e **Alejo Henrique** (argentino, 9/12/74), que foram deixados pela mãe com uma vizinha chamada Gladys (que por sua vez os enviou a seus avós no Uruguai, conforme pedido da mãe);

- **Milka Gonzalez de Paieto:** uruguaia, 52 anos; declarações sobre desaparecimento do filho **Rubem Prieto Gonzalez** (nasc. 23/9/52, desap. 30/9/76), seqüestrado em casa, sem maiores informações, em Buenos Aires;
- **Maria Asuncion Gonzalez Souza:** uruguaia, 52 anos; declarações e foto relativa ao desaparecido sobrinho **Rafael Lezama Gonzales** (nasc. 7/5/1953, em 1/10/1976, em Buenos Aires, junto com outros 4 companheiros; nome dos pais de Rafael: **Rafael Lezama e Alba Gonzalez**;
- **Gladys Esteve de Cabrera:** uruguaia (nasc. 20/9/31); declaração, documentos, um artigo de imprensa e uma foto do esposo desaparecido **Ary Cabrera Prates** (nasc. 20/9/31, desap. 6/4/76); esposo tinha estatuto de refugiado do ACNUR; soube que a operação que deteve Ary teve participação de policiais uruguaios; “Em tempo: Esclarece que seu genro, Eduardo Daen, hoje residente na Suécia, foi preso em Buenos Aires, por militares uruguaios da O.C.O.A e levado ao Uruguai, depois de passar 35 dias na Argentina, em uma prisão clandestina, onde viu muitos dos cidadãos uruguaios hoje tidos como desaparecidos. Levado para o Uruguai, juntamente com outros presos, de forma clandestina, foram obrigados a admitir que haviam sido capturados no Uruguai. O Exército uruguaio comunicou, seis meses após seu desaparecimento, a prisão à sua família. Esses fatos se passaram em 1976”.
- **Julieta Berardi de Sobrino:** uruguaia, 60 anos; declaração e foto de filho, **Guillermo M. Sobrino Berardi** (35, desap. 22/12/77, na Argentina, onde estava desde 1976); a mãe recebeu, em 78, um comunicado de alguém que teria sido preso junto com seu filho, falando que em princípios de abril ele teria sido trasladado de um cárcere clandestino em Quilmes para outro na Província de Buenos Aires (que pode ser Balcarce) e que os guardiões militares da operação eram uruguaios.
- **Oscar Javier Urtasun Terra:** uruguaio, 33 anos; declaração e documentos do irmão, **José Luis Urtasun Terra** (nasc. 19/1/46, desap. 13/8/78);

integrante do Movimiento 26 de Marzo, detido em Montevideu (1972-1974); radicou-se em Buenos Aires em 75, onde foi seqüestrado três anos depois;

- **Maria Josefina Bonfiglio:** uruguaia, 58 anos; declaração sobre desaparecimento do filho, **Mário Jorge Cruz Bonfiglio** (21 anos, desap. 26/8/1976, na Argentina, Buenos Aires); detido na presença dos donos do hotel em que estava hospedado;
- **Horácio Ernesto Maria Goicoechea Camacho:** brasileiro naturalizado, 37 anos (residente no Brasil!); duas declarações sobre seu irmão **Gustavo Alejandro Maria Goycoechea Camacho** (28 anos, desap. 23/12/77, em Buenos Aires) e sua cunhada **Graciela Noemí Basualdo Goycoechea** (21 anos, desap. 23/12/77, em Buenos Aires); Graciela foi seqüestrada em casa, junto com o marido; os raptos deixaram o filho do casal, **Nicolás Goycoechea Basualdo** (2 anos), com vizinhos do apartamento “O” avisando que, depois, viriam buscar a criança; nome da mãe da seqüestrada: **Hilda Nogueira**; Gustavo, antes de sair do Uruguai, em fev. 1974, exerceu atividades na Frente Ampla; “Os raptos vestiam macacões camuflados uns e outros verdes. Estas pessoas ameaçavam os vizinhos com suas armas e os ofuscavam com potentes lanternas, dizendo-lhes para irem dormir e que não espiassem, que era a polícia fazendo um ‘procedimento’”.
- **Ena F. Pereira de Burgueño:** uruguaia, 55 anos; declaração referente à filha desaparecida, **Ada Margaret Burgueno Pereira** (27 anos, desap. 20/8/77, em Buenos Aires, estava na Argentina desde maio de 75) e seu noivo, **Daniel Omar Vattino Mendez** (27 anos, desap. 19/8/77; nome do pai: **Roerto Vatino**); filha presa pela polícia argentina na casa dos pais do noivo, junto com ele; no Uruguai, havia participado de atividades estudantis; planejavam casar (e já haviam iniciado os trâmites legais para isso) em 22/8/77;
- **Violeta Malugani Torena (ou Zorena):** uruguaia, 61 anos; declarações e documentos sobre filho, **Miguel Angel Moreno Malugani** (nasc. 23/3/48,

desap. 1/10/76, em Buenos Aires); Violeta recebeu uma ligação anônima de Buenos Aires dizendo que procurasse o ACNUR na Argentina; ao fazer isso, foi comunicada do seqüestro do filho, sem maiores informações e sem data precisa; Miguel saiu do Uruguai em 72, por razões políticas, se radicou no Chile e, em novembro de 73, foi para a Argentina, onde se radicou por ser seu pai argentino (**Miguel Angel Moreno**, argentino radicado no Brasil);

- **José Antonio Errandonea e Maria Magdalena Salvia**: uruguaios, 56 anos ambos; declaração sobre filho, **Juan Pablo Errandonea Salvia** (nasc. 29/12/55, desap. 23/9/76, em Buenos Aires), desaparecido; tem notícias, por familiares presos em Libertad, que há um jovem com as características do filho preso no mesmo presídio, fato negado pela repressão; antes de sair para a Argentina, em 73, exercia atividades estudantis; no dia em que desapareceu, avisou ao irmão, **José Ignacio Errandonea Salvia** de que, se não voltasse para a casa, este deveria desaparecer imediatamente, o que foi feito com sua ida para a França; Juan Pablo tinha sido perseguido no Uruguai por suas atividades gremiais e estudantis; (dossiê traz IMPORTANTE carta de sua mãe, **Quica Salvia**, escrita em PoA e datada de 27/10/80, destinada a jornalistas); trecho da carta: “Por qué escribo esta carta desde Brasil? Porque em Uruguay se viola la correspondencia y recibimos, cuando ello ocurre, muchas cartas abiertas, y las nuestras muchas veces no llegan a destino”;
- **Ivan Carneiro de Fontoura Gularte**: uruguai, 34 anos; declaração de desaparecimento de seu irmão, **Juvelino Andres Carneiro da Fontoura Gularte** (nasc. 4/2/43, desap. 30/12/77, em Buenos Aires), que exercia atividades militantes no Uruguai antes de ir para a Argentina, em julho de 1973; também acusa o desaparecimento da cunhada **Carolina Barrientos**, argentina, que foi detida junto a seu marido; Juvelino foi visto na prisão de Banfield, registro apontado no jornal *Compañero*; uma denúncia anônima para a família de Carolina avisou a família de que ela e seu marido estiveram presos em Quilmes;

- **Luz Ibarburu de Recagno:** uruguaio, 56 anos; desaparecimento do filho, **Juan Pablo Recagno Cardenas** (nasc. 19/1/51, desap. 1/10/76, em BsAs) e sua nora, **Casimira Maria del Rosario Carretero Cardenas** (nasc. 11/9/52; desap. 1/10/76, em Buenos Aires), em Buenos Aires; Juan Pablo já havia sido detido em Montevideu em 72, ficando preso até 73 (motivo: atividades políticas); emigrou para BsAs em 29/12/73; as circunstâncias da desaparecimento não são conhecidas;
- **Beatriz Castellonese de Mechoso:** uruguaia; relato trazido por Luz Recagno sobre **Alberto Cecilio Mechoso Mendez** (esposo de Beatriz, nasc. 1/11/36, desap. 26/9/76, em BsAs); Alberto foi preso em casa; o trouxeram no dia seguinte onde ele viu sua esposa e falou-lhe o nome de um dos envolvidos na operação, major Gavazzo; o levaram em seguida e conduziram Beatriz e seus dois filhos (8 e 7 anos) ao Aeroparque, para onde os mandaram de volta ao Uruguai; no Uruguai, Beatriz e seus filhos ficaram detidos até 5/10/76, em local que ela não conhece;
- **Mercedes Linn:** uruguaia; relato trazido por Luz Recagno, sobre o desaparecimento de **Ignacio Arocena Linn** (filho de Mercedes, nasc. 20/10/50; desap. 8/78, BsAs); preso em 71, inocentado, mas preso pelas Medidas de Seguridad; julho de 71 optou pelo exílio, foi para o Chile e, em 73, radicou-se na França; em abril de 78 foi para BsAs e em agosto sua família perdeu contato; foi visto pela última vez em 11/8/78;
- **Maria Elena Antuña de Gatti:** uruguaia, 75 anos; relato do desaparecimento de seu filho **Gerardo Francisco Gatti Antuña** (nasc. 30/4/32, desap. 8/4/76, em BsAs, casado com Marta Casal de Rey), neta **Adriana Gatti Casal** (filha de Gerardo, nasc. 22/8/59, uruguaia, desap. Em 8/4/76, em BsAs; detida em 31/3/77 [ou76?], foi posta em liberdade e conseguiu exílio na França, mas permaneceu em BsAs; depois nunca mais foi vista; grávida de 7 meses no momento da desaparecimento; companheiro: **Ricardo Carpintero**, desaparecido em BsAs em 9/6/76; última notícia de Adriana foi uma carta remetida da

França em abril de 77; em 8 de abril foi vista pela última vez em BsAs); reúne outros dois testemunhos e fotografias sobre o suposto seqüestro de seu filho talvez em operação conjunta entre as repressões argentina e uruguaia; a foto mostra **Washington Perez**, exilado na Suécia, e teria sido tirada depois do seqüestro de Gerardo; Perez reconheceu alguns dos envolvidos no seqüestro: comissário Carlos Hermida, Coronel Barrios e suboficiais Cordero e Silveira;

- **Homero Martins Vinas:** uruguaio, 68 anos; declaração sobre seu filho, **Luiz Fernando Martinez Santoro** (28 anos, desap. 29/7/77, em BsAs); anexa cartas enviadas pela OEA sobre o caso;
- **Maria Irma Hernandez:** uruguaia, 56 anos; declarações sobre sua filha, **Cecília Suzana Trias** (nasc. 24/8/54, radicada na Argentina em 74; desap. 28/9/74; mãe de Marcos Cram Trías, nasc. 13/10/75, na Argentina – ficou com a avó depois do desaparecimento dos pais; e Maria Cram Camjadanica [?], paradeiro não compreendido) e genros **Washington Cram** (nasc. 1949, desap. 28/9/76; BsAs, marido de Cecília) e **Carlos Alfredo Rodrigues Mercader** (nasc. 24/2/1950, desap. 1/10/76, em BsAs; casado com a filha de Maria Irma, **Ivonne Irma Trías**, condenada a 22 anos de prisão em Punta de Rieles, em 5/8/72) , com fotos;
- **Juan Silveira Larrart:** uruguaia, 75 anos; declarações sobre **Maria Rosa Silveira Gramont** (37 anos, desap. 13/8/78, em BsAs), sua filha; antes do desaparecimento, foi seguida por militares uruguaiois em Buenos Aires; em Montevideú, a filha exercia atividades gremiais; familiares se interaram do caso por denúncia da imprensa no México; a última notícia de Maria Rosa veio de uma ligação da própria, em julho de 78;
- **Walter Bibiano Gonçalves Busconi:** uruguaio, 46 anos; declarações sobre o irmão, **Jorge Felisberto Gonçalves Busconi** (36 anos, desap. 14/4/77); foi

seqüestrado enquanto voltava do trabalho com sua companheira, “Betty” (que não foi detida); participava da FEU (?) e do Partido Ballista;

- **Victor Manuel Cortazzo Devita** (tio) e **Blanca Rosa Cortazzo Devita de Giordano** (mãe): uruguaio, declaração sobre desaparecimento do sobrinho/filho **Hector Orlando Giordano Cortazzo** (uruguaio, desde 9/6/1978, 39 anos, advogado, casado), detido na Argentina; informação de que estaria preso em La Plata (cf. doc anexo);

“Ao final destes depoimentos, os trabalhos foram dados por encerrados, entendendo a Comissão por cumprida sua missão, remetendo os originais dos depoimentos à Ordem dos Advogados do Brasil, entregando-se, outrossim, cópia de todos os relatos ao Dr. Thierry Mignon, representante da Federação Internacional dos Direitos do Homem.”

Recortes de Jornais

“ONU ouve, aqui, relatos sobre perseguidos políticos que nunca mais foram vistos” – Zero Hora, 28/10/80, p.27

35 familiares de presos políticos desaparecidos uruguaio; chegaram na noite de 27, no Aeroporto Salgado Filho; foram recebidos por 3 representantes do Comissariado da ONU (Thierry Mignon, Viwn Bogaard e Belisário dos Santos Junior); “hoje prosseguem, em Porto Alegre, escutando o relatório dos familiares dos desaparecidos, que começou ontem no Rio de Janeiro, com depoimentos de Maria del Carmo Quinteros, mãe de Helena Quinteros, seqüestrada dentro da embaixada da Venezuela, em 28 de junho de 1976”;

“Três entidades brasileiras vão tomar depoimentos de familiares dos desaparecidos” – Zero Hora, 28/10/80, p.27

34 pessoas em Porto Alegre desde domingo para depor para a subcomissão de Direitos Humanos da ONU; 3 entidades nacionais: OAB, MJDH e Comissão de Justiça e Paz da CNBB Regional Sul-3; depoimentos sobre cerca de 130 desaparecidos “para posteriormente encaminhá-los a Genebra, onde está sediada a subcomissão de Direitos Humanos da ONU”; “Depois do ato oficial, no Rio, todos retornaram a Porto Alegre acompanhados por Belizário Santos, presidente da Associação Latino-Americana de Advogados Solidários aos Direitos Humanos”; “Ainda ontem, a representação de familiares de uruguaios desaparecidos foi apresentada à imprensa da capital, na sede do sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre. (...) A representação uruguaia foi conduzida, ainda, à presença do bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Urbano Algayer, pelo juiz Celso Geyer, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pelo presidente da Comissão de Justiça e Paz, advogado Ruy Rodrigo de Azambuja. (...) dom Urbano aceitou três pedidos formulados em nome dos familiares de uruguaios desaparecidos por José Anera. Os pedidos consistiram em orações em favor dos desaparecidos, intervenção da Igreja brasileira junto aos episcopados uruguaio e argentino (...) e gestões junto ao governo do Uruguai e Argentina, reclamando esclarecimentos sobre o paradeiro dos desaparecidos (...) Algayer prometeu, além disso, levar o assunto ao conhecimento do Conselho Episcopal Latino-Americano, do qual é membro dom Antônio Cheuiche, também bispo auxiliar de Porto Alegre”; 130 desaparecidos, 113 na Argentina, 32 avistadas em cárcere, 6 crianças desaparecidas, uma nascida na prisão, 2 uruguaios desaparecidos no Paraguai (vistos em prisão), 2 no Brasil e 12 no próprio Uruguai;

“Parentes de uruguaios depõem para a ONU em Porto Alegre” – *Correio do Povo*, 20/10/80, p.13 (provável data errada, escrita a caneta)

Mesmo conteúdo da reportagem de ZH. “Ontem, os familiares dessas pessoas passaram a manhã preenchendo fichas com o relato dos casos de seus familiares. As fichas serão agrupadas em uma ata ou entregues separadamente à comissão da ONU. A decisão será tomada pelos representantes de entidades. O grupo da ONU é formado por cinco membros de nacionalidades diferentes”. Reportagem relata três casos “emblemáticos” como exemplo. “Por motivos óbvios – disseram [os familiares depoentes] – pedimos não citarem nossos nomes’.”

“OAB recebe depoimentos de familiares de desaparecidos” – Zero Hora, 30/10/80

Notícia da chegada de Seabra Fagundes (prevista para o mesmo dia 30) a Porto Alegre, para receber oficialmente os depoimentos dos familiares. “Os relatos serão encaminhados à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, Suíça”. Balanço de JK: “Mesmo que destes depoimentos nada resulte de positivo para a localização dos desaparecidos, o nosso gesto certamente contribuirá para que outros filhos não tenham o mesmo destino e para que outros pais não venham a sofrer o que sofremos. (...) ninguém sabia da existência deste número de desaparecidos no Uruguai, cerca de 130, agora revelados pela Agrupación de Familiares de Desaparecidos Uruguaios (...) Embora estes familiares tivessem repetido em Porto Alegre os depoimentos prestados anteriormente, em Buenos Aires, à Comissão Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), o presidente do movimento [MJDH] aponta um fato novo, que se traduz no interesse da ONU por estes casos”.

“ONU receberá denúncia sobre uruguaios” – Folha da Tarde, 29/10/80

Fala que o governo do Uruguai não pode se eximir da responsabilidade sobre os desaparecidos, segundo os 3 comissionários que vieram a POA. Cita quem são os 3. Fala de 29 familiares. Bogaard lembra o seqüestro dos uruguaios para falar das ações coordenadas entre países do Cone Sul.

“Familiares de desaparecidos voltam ao Uruguai” – Zero Hora, 29/10/80

Fala do retorno dos uruguaios depois da coleta de depoimentos. “A soma destes relatos é o que está faltando para que uma subcomissão das Nações Unidas, criada no ano passado, exclusivamente para estudar o fenômeno do ‘desaparecimento’ de pessoas em todo o mundo, por motivos políticos”. A vinda foi precipitada pela necessidade da subcomissão de entregar um relatório acerca do assunto para o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, e pela negativa do governo uruguaio em permitir que se organizasse a oitiva no território do país. A proximidade entre PoA e

Montevidéu também facilitou. “[por medo de retaliação] a representação [...] preferiu não reclamar esclarecimentos sobre as 12 pessoas que teriam sumido no próprio Uruguai”.

“Mães de desaparecidos denunciam na OAB seqüestro de 6 uruguaios” – *Jornal do Brasil*, 28/10/80, p.8

Noticia a oitiva do Rio e anuncia a de Porto Alegre. Reporta os casos Quinteros e Gonzales Perez.

“Parentes de desaparecidos uruguaios depõem no Sul” – *O Globo*, 29/10/80, p.8

Fala de 33 uruguaios e 52 desaparecidos. “O grupo de uruguaios, formado por 36 pessoas (três não depuseram porque acompanhavam outros três depoentes), representa 133 desaparecidos, entre os quais seis crianças que nasceram nas prisões”.

“ONU pode defender uruguaios” – *O Estado de São Paulo*, 29/10/80, p. 5

“A Organização das Nações Unidas poderá desencadear uma campanha internacional em defesa dois desaparecidos por motivos políticos no Uruguai. [...] O principal problema que os familiares dos presos políticos uruguaios estarão enfrentando a partir de agora é a volta ao seu país, conforme eles próprios manifestaram ontem, durante e depois dos depoimentos prestados à Comissão de Juristas.”

“Uruguaios fazem novas denúncias” – *Folha de São Paulo*, 29/10/80, p.5

Fala de 24 cidadãos uruguaios e 59 desaparecidos; “O grupo manifestou aos quatro membros desta Subcomissão o temor de represálias, ao retornarem a Montevidéu (voltaram ontem mesmo”.

“Uruguaios buscam os filhos sumidos” – *Folha da Tarde*, 28/10/80, p.3

“Os 31 uruguaiois que ontem à tarde deram entrevista coletiva na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre não tiveram dificuldades em demonstrar unanimidade com relação ao principal objetivo do grupo, mesmo no emaranhado de questões pessoais, particulares de cada família: ‘Queremos nossos filhos, desaparecidos na Argentina e no Paraguai. No mínimo, merecem ser julgados, ter uma sentença, pois qualquer ladrão ou degenerado tem este direito (...) Assim, considerando que a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas acaba de criar uma Subcomissão, composta de cinco especialistas, com a missão de investigar o fenômeno dos desaparecimentos o mundo, a oportunidade foi criada”.

“Juristas documentam em Porto Alegre denúncias de violência no Uruguai” – *Correio do Povo*, 29/10/80, p.24

Entrevistas com Bogaard e Mignon, repetindo as mesmas ênfases das matérias anteriores.

“OAB ouve parentes de uruguaiois desaparecidos para relato à ONU” – *O Globo*, 28/10/80, p.6

Fala em 36 familiares. “Os parentes de outros 43 desaparecimentos, que, por motivos financeiros, não puderam chegar até o Rio, estão em Porto Alegre e terão seus depoimentos tomados ainda hoje na Seccional do Rio Grande do Sul da OAB. [...] Eduardo Seabra Fagundes explicou que várias entidades internacionais que se dedicam à defesa dos direitos humanos no Uruguai pediram que a Ordem dos Advogados do Brasil recebesse os parentes de desaparecidos, ouvisse os seus relatos e encaminhasse seus depoimentos à ONU. Acrescentou que, para não ser dificultada a saída dessas pessoas do Uruguai, a tomada dos depoimentos foi mantida em sigilo até ontem.”; contém lista de entidades internacionais ou brasileiras que enviaram moções de solidariedade; resumo de alguns dos casos;

“Famílias denunciam violações” – *Jornal do Brasil*, 29/10/80, p.13

Fala de 29 familiares; “Os depoimentos foram assistidos pelos advogados Omar Ferri e Luís Goulart, ambos da Comissão de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. [...] O representante designado pela seção local da OAB para assistir aos depoimentos, Ruy Rodrigo de Azambuja, não compareceu, uma vez que tinha ‘compromissos inadiáveis’ no interior do Estado, segundo informação de seu escritório. Os familiares dos desaparecidos iniciaram, ontem à noite, a viagem de retorno ao Uruguai”.

“Entregues relatos sobre desaparecidos” – Zero Hora, 31/10/80, p.29

Seabra Fagundes recebe, durante breve ato, na sede do MJDH o dossiê da oitiva (cerca de 50 depoimentos). “A entrega do dossiê foi feita pelo juiz Celso Gayger, membro do Movimento e da Comissão de Justiça e Paz, da CNBB, Regional Sul-3. Na oportunidade, Seabra Fagundes comprometeu-se a encaminhar os depoimentos à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Além dos depoimentos dos familiares de uruguaios desaparecidos, foram entregues ao presidente da OAB outros quatro depoimentos de familiares de desaparecidos brasileiros [...] estes últimos, tomando conhecimento da coleta de elementos que a entidade realizava com o grupo de uruguaios que veio a Porto Alegre, tomaram a iniciativa de procurar a entidade e solicitar a incorporação de seus casos ao **dossiê**. Os quatro casos de desaparecidos brasileiros ocorreram na região do Araguaia, à época da luta armada ali travada entre guerrilheiros do PC do Brasil e tropas regulares do Exército.” (grifo no original).

“O insaciável apetite dos cárceres” – Istoé, 5/11/80, s/p.

Resumo da oitiva. Importante: a foto mais conhecida do evento aparece creditada em nome de Daniel de Andrade (Coojornal).

“Asilada denuncia no Rio tortura e desaparecimentos” – O Globo, 29/11/80

Sobre atos em frente ao Consulado Uruguaio no Rio e sobre as denúncias de Tota sobre desaparecimentos.

“Uruguai pune com calabouço o protesto de fome de Lilian” – *Jornal do Brasil*, 25/11/80

Fala do encontro de Lilia Celiberti e Tota Quinteros, dá o histórico dos dois casos e informações sobre os atos no Rio.

Resumo do documento: “Audiencia de los familiares de uruguayos desaparecidos” – Brasil, 27-28-29 octubre 1980 – a.f.u.de. (Agrupación de Familiares de Uruguayos Desaparecidos) (Relatório de atividades da oitava)

27-28-29 de outubro, trabalhos em Porto Alegre, promoção de OAB, MJDH, Associação de Advogados Latinoamericanos e pela Defesa dos Direitos Humanos, CNBB (Porto Alegre), Pax Romana, Federação Internacional de Juristas Católicos e Movimento Internacional dos Direitos do Homem.

Domingo, 26: chegada de 27 familiares, aos quais se somariam mais 7, na segunda (27);

Segunda, 27: Audiência no Rio (ver ata), testemunho de Quinteros e outras 4 “madres”;

Retorno a PoA e encontro, no aeroporto com familiares que haviam dado entrevistas a imprensa e se encontrado com representantes da Igreja. “Audiencia gran número de periodistas de la prensa oral y escrita”.

Terça, 28: advogados informam familiares sobre forma de apresentar testemunhos; familiares preenchem as fichas e fazem uma apresentação oral aos advogados;

Quarta, 29: finalizada a apresentação da documentação;

Quinta, 30: entrega da documentação a Seabra Fagundes (ver imprensa);

“No sólo fueron escuchados por la Orden de Abogados de Brasil, de cuya importancia todos tenemos conocimiento y los demás Movimientos arriba mencionados, sino que rompieron el muro de silencio que les impone la dictadura”.

A diferença da audiência em BsAs, com a OEA, é que esta teve anuência do governo argentino, enquanto no Brasil a questão foi levada diretamente à ONU. Assinala alguns pontos: 1) reforço do clima de terror no Uruguai, que fez com que muitos familiares não se conhecessem até a oitava (um fato que merece reflexão e que eles prometem que iria ser evitado); 2) o encontro demonstra que, apesar do

medo, é possível resistir e organizar os familiares; 3) destaca a solidariedade do povo brasileiro;

(continuação)

Quinteros ficou mais seis dias em POA depois de concluída a audiência, dando entrevistas para TV e jornais. Na terça, 4, viajou a São Paulo para entrar em contato com representantes de partidos políticos de oposição e do governo (recebendo apoio de todos). Foi recebida também por Monsenhor Dom Evaristo Arns. Participou de uma mobilização em frente a Embaixada Uruguaia, onde entregou ao Cônsul um documento firmado por deputados (em anexo), sindicalistas e estudantes brasileiros e uma lista de desaparecidos (manifestação realizada junto a CNT). Em 19, ato central da Jornada Mundial por Los Desaparecidos, no Sindicato dos Jornalistas de SP. Ato organizado por CNT, AFUDE e comitês de solidariedade. Falaram: Aminio Afonso (ex-ministro do trabalho, representando os exilados brasileiros no Uy), José C. Dias (Movimento de Justiça e Paz de SP), Raul Sendic, Omar Ferri (MJDH), Luiz Eduardo Grinhall (advogado dos trabalhadores do ABC), Lilia Celiberti e Tota Quinteros.

“Este acto fue totalmente filmado como parte de una película que se exhibirá próximamente”.

Os anexos incluem um manifesto (lido no encontro de São Paulo) de Tota Quinteros explicando os porquês da criação da a.f.u.de., contando sobre sua filha Elena e a trajetória do grupo. Pontos importantes: cita o “Caso dos Uruguaios” e a aparição de duas crianças no Chile como prova das conexões repressivas entre países;

No Rio: 25, entrevista coletiva com Lilia Celiberti e Tota Quinteros que redundou em matéria para o *Jornal do Brasil*; nos dias seguintes, foram entrevistadas pelo *Pasquim*. Noite de 26: reunião com Yolanda Pires (presidente da Liga Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos) e mais 20 entidades afins. 27, Zaffaroni e Almeida, acompanhadas de Heloneida Studart (deputada PMDB), Rolando Gomes (PMDB), encontram Seabra Fagundes, sobre o resultado da entrega dos documentos da oitava. 28, tarde, AFUDE e outros órgãos, ato em frente ao Consulado Uruguaio, entrega do documento ao cônsul. 28, 21h, ato na Universidade Santa Úrsula em solidariedade a Tota (representando a todos os familiares), ato organizado pela

UNE, com presença e fala de Prestes (PCB) e Marcelo Serqueira (PMBD), entre outros.

ANEXOS INTERESSANTES:

- Abaixo-assinado condenando a escassez de liberdade no Uruguai e o desaparecimento de pessoas. Assinam 18 entidades brasileiras.
- Cópia do DIÁRIO OFICIAL – Estado do Rio de Janeiro, 28/11/1980, n. 229, ano VI, “Deputada Heloneida Orban”: fala da recepção a Lilia Celiberti, proporcionada por Marcelo Serqueira;
- Cópia do DIÁRIO OFICIAL – Estado do Rio de Janeiro, 28/11/1980, n. 229, ano VI, “Deputado Raymundo Oliveira”: panorama da situação uruguaia e solidariedade com o país vizinho.

Documento: “Intervención de la Sra. Maria del C. Almeida de Quinteros en nombre de ‘Pax Romana’. Tema 10b del programa – Febrero 1980.

Panorama geral do quadro uruguaio, declarações do Papa João Paulo II sobre os desaparecidos, denúncia do desaparecimento de sua filha e crítica a omissão do governo do Uruguai. “Al dirigirme a esta comisión le solicito encarecidamente que se establezca un mecanismo apropiado que pueda actuar de una manera rápida y flexible para poner freno a la utilización de este método, para encontrar a los llamados desaparecidos [sic] y para individualizar a los responsables. La gravedad del fenómeno y la imposibilidad de darle fin, muestra que un mecanismo nuevo y eficaz debe ser rapidamente establecido por las Naciones Unidas”.

Documento: “CONTESTACIÓN DE GIAMBRUNO A LA SRA. DE QUINTEROS EM NOMBRE DE PAX ROMANA, TEMA 10b DEL PROGRAMA, FEBRERO DE 1980 (realizada en el palácio de las Naciones Unidas en la Comisión de Derechos Humanos).

Diz que o governo uruguaio realizou “acuciososa” investigação do caso da desapareção de Quinteros. “Las autoridades del Uruguay se han preocupado permanentemente por esclarecer este episodio, que es probablemente el único episodio de desaparecimientos que existe em nuestro país. [...] No me parece sin embargo señor presidente justo, que se reclame a un delegado de esta Comisión, el cumplimiento de una promesa que nunca pude hacer, porque nunca estuvo en mis manos el conocer el paradero de la Sra. Quinteros, para eso hemos trabajado y seguiremos trabajando”.